

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MESTRADO
Área de Concentração: Fundamentos da Educação

**A ÓTICA POLÍTICA DE TOCQUEVILLE: TRAÇOS E IDEALIZAÇÕES
DA SOCIEDADE BURGUESA NO SÉCULO XIX**

JORGE ALBERTO DE FIGUEIREDO

MARINGÁ
2007

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MESTRADO
Área de Concentração: Fundamentos da Educação**

**A ÓTICA POLÍTICA DE TOCQUEVILLE: TRAÇOS E IDEALIZAÇÕES DA
SOCIEDADE BURGUESA NO SÉCULO XIX**

Dissertação apresentada por Jorge Alberto de Figueiredo ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração: Fundamentos da Educação, da Universidade Estadual de Maringá como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora:
Prof^a. Dr^a: Guaraciaba Aparecida Tullio.

MARINGÁ
2007

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

F475o Figueiredo, Jorge Alberto de
A ótica política de Tocqueville: traços e idealizações da sociedade burguesa no século XIX / Jorge Alberto de Figueiredo. -- Maringá : [s.n.], 2007.
101 f.

Orientador : Prof^a. Dr^a. Guaraciaba Aparecida Túllio.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração: Fundamento da Educação, 2007.

1. História da Educação. 2. Pobreza - Sociedade burguesa, século XIX. 3. Escravidão - Sociedade burguesa, século XIX. 4. Igualdade - Sociedade burguesa, século XIX. 5. Liberdade - Sociedade burguesa, século XIX. 6. História - Sociedade burguesa, século XIX. 7. Filosofia - Sociedade burguesa, século XIX. 8. Política - Sociedade burguesa, século XIX. 9. Tocqueville, Aléxis Charles Henri Clerel Maurice de - 1805-1859. I. Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-Graduação em Educação. II. Título.

CDD 21.ed. 370.9034

JORGE ALBERTO DE FIGUEIREDO

**A ÓTICA POLÍTICA DE TOCQUEVILLE: TRAÇOS E IDEALIZAÇÕES DA
SOCIEDADE BURGUESA NO SÉCULO XIX**

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Guaraciaba Aparecida Tullio – Orientadora.
Universidade Estadual de Maringá.- UEM

Prof. Dr. Geraldo Inácio Filho
Universidade Federal de Uberlândia - UFU

Prof^a. Dr^a. Nerli Nonato Ribeiro Mori
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Data da Aprovação:
Maringá (PR), 29 de Março de 2007.

Dedico este trabalho ao meu filho Pedro Jorge
e a todos os homens que querem pensar
diferente.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais seres dedicados e inseparáveis de minha existência.

À esposa companheira sempre ao meu lado neste trabalho.

Em especial à minha orientadora Guaraciaba, que ensinou-me a pensar diferente e conhecer o mundo através dos livros.

À Universidade Estadual de Maringá pelo acolhimento durante a realização deste trabalho.

Ao Programa de Pós Graduação, docentes e funcionários pela dedicação e respeito, sem eles não seria possível a conclusão deste trabalho.

Aos novos amigos que encontrei na realização deste estudo.

A revolução começa quando o tirano acaba.

Sainte Just.

A igualdade sugere ao espírito humano várias idéias que não lhe ocorriam sem ela e modifica quase toda as que este já tinha. Tomo como exemplo a idéia da perfectibilidade humana, porque ela é uma das principais que a inteligência é capaz de conceber e constituir, por si só, uma grande teoria filosófica, cujas conseqüências se fazem ver a cada instante na prática dos negócios.

Tocqueville.

Dove è equalita non é lucro.

Galiani.

FIGUEIREDO, Jorge Alberto. **A ÓTICA POLÍTICA DE TOCQUEVILLE: TRAÇOS E IDEALIZAÇÕES DA SOCIEDADE BURGUESA NO SÉCULO XIX.** 101 páginas. Dissertação de Mestrado em Educação – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora : Guaraciaba Aparecida Tullio. Maringá, 2007.

RESUMO

Esta é uma pesquisa sobre educação. A mesma tem por objetivo analisar historicamente o pensamento de Aléxis Charles Henri Clerel Maurice de Tocqueville (1805-1859) autor normando que no século XIX não fugiu da discussão em torno da explicação filosófica da liberdade e da igualdade no traçado da vida democrática. Buscou-se, mais especificamente, entender a participação de Tocqueville como intelectual e homem de Estado na luta política pela ordenação da nação francesa como democracia e nela, a educação da classe industrial. O período histórico em que Tocqueville estava inserido é caracterizado por marcantes transformações econômicas (a gestação da produção capitalista na forma da chamada grande indústria) e sociais (a afirmação política da classe burguesa e os primeiros levantes da classe operária). Entende-se que a ordenação da produção social à época, já no traçado da grande indústria, e as defesas filosóficas que as expressam guarda uma estreita relação entre si e apontam para uma dada explicação da história em curso. Em sua obra *A Democracia na América*, Tocqueville, preocupado com o desenvolvimento da França, traduziu uma elaborada defesa da democracia como negação da tirania. Esta análise se faz presente também nos seus estudos da maturidade e se impõe como fundamento teórico na crítica sobre a pobreza e a escravidão. Como filósofo fez-se educador dos homens de seu tempo, particularmente da burguesia francesa, quando insistiu, de forma continuada, através de seus escritos ou como deputado do Parlamento Francês, que a liberdade não é possível de se fundamentar na desigualdade de condições entre os homens. Nesse alinhamento foi a favor da emancipação dos escravos nas colônias francesas, e teceu críticas à formulação objetiva da pobreza no processo de produção da sociedade capitalista presente na Inglaterra e na França de seu tempo. Em suas obras, discursos políticos, correspondências, bem como nos relatos de viagens está evidente a sua preocupação fundamental em encontrar na sociedade capitalista uma possível coexistência harmônica entre um processo de desenvolvimento igualitário sem ferir a liberdade do homem. Foi neste sentido, defensor de uma educação oferecida a todos pelo Estado e do ensino livre. O papel atribuído ao sentimento de unidade entre os homens (unidade familiar, unidade nacional, unidade entre a França e suas colônias) nos ajudam a entender a questão da educação e do próprio papel da mesma na construção de uma sociedade igualitária. Partindo dessa proposição, duas vertentes do poder conduzem o raciocínio de Tocqueville: de um lado um governo democrático com liberdade inclusive de negócios para todos, de outro lado, o poder absoluto de um só homem ou das massas. Afirmar a primeira forma de governo e denunciar evitando a segunda é uma questão que ordena a educação política no seu pensamento em defesa da sociedade de mercado.

Palavras-chave: Educação, História, Filosofia, Igualdade, Liberdade.

FIGUEIREDO, Jorge Alberto. THE ÓPTIC POLÍTIC OF TOCQUEVILLE: LINES AND IDEALIZATIONS OF THE BOURGEOIS SOCIETY IN THE CENTURY XIX. 101 paginate. Dissertation Master's degree in Education - State University of Maringá. Advisor: Guaraciaba Aparecida Tullio. Maringá, 2007.

ABSTRACT

This is a research about education. The same has for objective to analyze Alexis Charles' thought historically Henri Clerel Maurice of Tocqueville (1805-1859) Norman author that in the century XIX didn't escape from the discussion around the philosophical explanation of the freedom and of the equality in the plan of the democratic life. It was looked for, more specifically, to understand the participation of Tocqueville as intellectual and man of State in the political fight for the ordination of the French nation as democracy and in her, the education of the industrial class. The historical period in that Tocqueville was inserted it is characterized by outstanding economical transformations (the gestation of the capitalist production in the form of the big call elaborates) and social (the political statement of the bourgeois class and the first revolts of the working class). He understands each other that the ordination of the social production to the time, already in the plan of the great industry, and the philosophical defenses that express them guard a narrow relationship to each other and they appear for a given explanation of the history in course. In your work the Democracy in America, Tocqueville, concerned with the development of France, he/she translated an elaborated defense of the democracy as denial of the tyranny. This analysis is also made present in your studies of the maturity and it is imposed as theoretical foundation in the critic on the poverty and the slavery. As philosopher was made the men's of your time educator, particularly of the French bourgeoisie, when it insisted, in a continuous way, through your writings or as deputy of the French Parliament, that the freedom is not possible of basing in the inequality of conditions among the men. In that alignment it was in favor of the slaves' emancipation in the French colonies, and he wove critics to the formulation it aims at of the poverty in the process of production of the present capitalist society in England and in France of your time. In your works, political speeches, correspondences, as well as in the reports of trips it is evident your fundamental concern in finding in the capitalist society a possible harmonic coexistence among a process of equalitarian development without hurting the man's freedom. It was in this sense, defender of an education offered to all by the State and of the free teaching. The paper attributed to the unit feeling among the men (family unit, national unit, unit between France and your colonies) they help us to understand the subject of the education and of the own paper of the same in the construction of an equalitarian society. Leaving of that proposition, two slopes of the power lead the reasoning of Tocqueville: on a side a democratic government with freedom besides of businesses for all, on another side, the absolute power of only one man or of the masses. To affirm the first government form and to denounce avoiding Monday is a subject that orders the political education in your thought in defense of the market society.

Word-key: Education, History, Philosophy, Equality, Freedom.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. TOCQUEVILLE: HISTÓRIA, VIDA E OBRA.....	17
2. A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E ALGUNS TRAÇADOS DO PENSAMENTO DE TOCQUEVILLE.....	35
3. SOBRE A POBREZA.....	47
3.1. A explicação da Pobreza.....	52
3.2. A crítica ao princípio ético da caridade pública.....	58
3.3. A defesa do princípio ético como fundamento da moral da vida universal.....	64
4. POLÍTICA COLONIAL E ESCRAVIDÃO.....	68
4.1. Da Relação da Metrópole Francesa Com as Suas Colônias.....	69
4.2. A Defesa da Liberdade para os Escravos.....	74
CONCLUSÃO.....	94
REFERÊNCIAS.....	98

INTRODUÇÃO

A questão em torno da explicação do homem, na gênese da sociedade capitalista, foi algo exaustivamente debatido pelos intelectuais deste período. De forma geral, a explicação filosófica do homem como ser de liberdade e igualdade sintetiza uma defesa que, desde estes tempos até hoje ainda se (im)põe com poucas alterações. Neste traçado da filosofia política, propõe-se, na presente dissertação, analisar o pensamento de um autor francês do século XIX que, à sua época, também não fugiu deste debate: Charles Aléxis Henri Clérel Maurice de Tocqueville (1805-1859).

Sobre o autor falar-se-á mais à frente. Basta, agora, lembrar que Tocqueville, um pensador burguês conhecido na ordenação teórica da democracia, é traduzido pelos seus estudiosos como “ensaísta”, “historiador”, “sociólogo”, “profeta do liberalismo”, “político francês”, “diplomata”, “parlamentar” e outros títulos. Aristocrata por nascimento este intelectual francês, que nasceu apenas dezesseis anos após a Revolução Francesa (1789), fez-se portador da defesa do novo mundo que se impunha na Europa com o capitalismo¹. No terreno político esta defesa, de forma peculiar, começou a ser traçada na sua obra mais conhecida, a chamada *De la Démocratie en Amérique* escrita entre os anos de 1835 e 1840 e marca continuidade em todas as outras, depois desta escrita pelo autor, traduzindo um fundamento filosófico importante na construção teórica de seu pensamento.

Trazer o pensamento de Tocqueville como objeto de estudo, mais particularmente, duas das obras por ele escritas pouco conhecidas dos leitores brasileiros - *Mémoire sur le Paupérisme*(1835)² e *A Emancipação dos Escravos*(1865)³ - é voltar a cabeça para uma pesquisa bibliográfica com vista ao entendimento que o autor explicita sobre a história em curso à sua época e,

¹ Por todos os seus analistas Tocqueville é conhecido por uma obstinada crítica ao poder absoluto de um só homem ou de uma classe sobre toda a nação, para ele “o despotismo tirânico”.

² No ano de 2003 foi traduzido para a língua portuguesa o *Mémoire sur le paupérisme*, conhecido como *Ensaio sobre a Pobreza*, um estudo sobre os paradoxos da pobreza e da desigualdade em países em desenvolvimento.

³ A obra *A Emancipação dos Escravos*, que foi lançada no Brasil em 1980, é uma tradução dos escritos e discursos de Tocqueville na Câmara dos Deputados em 1839, publicados em francês com o título *Oeuvres complètes – Tome III – Première partie*. O texto foi reproduzido em 1865 por Beaumont no tomo IX das *Obras Completas de Tocqueville*.

nela, apreender a sua participação como intelectual e homem de Estado, na luta pela ordenação da nação francesa e nela da educação da classe industrial.

Tomar como objeto da pesquisa sobretudo duas obras escritas por Tocqueville não faz da leitura destas obras uma coisa em si. Pelo contrário, analiticamente, buscou-se conhecer o pensamento político do autor observando os seus determinantes históricos, comprometimentos de classe e proposições para a sociedade de seu tempo. Entende-se neste esforço, que a estrutura social e a idéia que se expressa na filosofia política guardam uma estreita relação com a produção econômica que as subsidiam. O presente estudo é, neste sentido, um desafio. No terreno do método, parte-se de um princípio teórico que prioriza a história como ponto efetivo de partida afastando-se, assim, da defesa da consciência como algo natural capaz de possibilitar aos homens a formulação de uma virtude ideal como parâmetro explicativo do próprio homem e/ou sociedade. Em meados do século XIX, Karl Marx (1818 - 1883) já entregava à sociedade toda uma formulação crítica ao pensamento idealista. Em uma significativa síntese escreveu este autor:

[...] A conclusão geral a que cheguei e que, uma vez adquirida, serviu de fio condutor dos meus estudos, pode-se formular resumidamente assim: na produção social de sua existência, os homens estabelecessem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que corresponde a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, é o seu ser social que inversamente determina a sua consciência. Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existente ou o que é a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então. Da forma de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se no seu entrave. Surge então uma época de revolução social (MARX. 1977 p. 24 - 25).

Também um homem do século XIX, Tocqueville, apenas dezessete anos mais velho que Marx, não só conviveu com a chamada Revolução Industrial,⁴ mas também foi um homem que nunca se opôs à economia de mercado como forma de vida. Em carta de 1835 afirmou toda uma convicção — comum à sua época — de que o mundo que estava a nascer como sociedade voltada para o mercado traduzia uma forma de vida conduzida, em si, para o exercício de liberdade que apontava para uma igualdade nas oportunidades, quer das pessoas, quer das nações. A convicção de que o mundo, com o progresso, caminhava para o exercício político de igualdade social enquanto oportunidade igual para todos, idéia colhida pelo autor a partir da Revolução Francesa de 1789, parece ter sido um dos motivos que o levou, ainda jovem, a conhecer os Estados Unidos da América. Sobre o assunto escreveram Chatelet et al:

Nos anos em que Tocqueville decide sua grande viagem, a República americana não pertence a seu patrimônio familiar. Ela encarna, ao contrário, uma tradição política totalmente estranha ao ambiente legitimista no qual foi educado o jovem Aléxis, já que ela eliminou a oposição a Luís XVIII e Carlos X: são os liberais avançados de todas as nuances, os francos-maçons, os republicanos, que formam sob o cajado simbólico do velho La Fayette o campo das simpatias americanas. Mesmo que o futuro autor de *Démocratie en Amérique* tenha encontrado na mesa familiar antigos “americanos” como Chateaubriand, Hyde de Neuville ou Monsenhor de Cheverus e mesmo que seu companheiro de viagem, Gustave de Beaumont, fosse um parente longínquo de La Fayette, restaria que a referência americana não era familiar à tradição na qual os dois viajantes haviam sido educados (CHATELET, 1993, p.1222 -1223).

Chatelet et al. estão a mostrar que Tocqueville foi um homem de mente aberta. E como intelectual estendeu seu pensamento para além dos limites da

⁴ As opiniões de Aléxis de Tocqueville sobre a pobreza foram emitidas no período de 1830, na qualidade de viajante, tendo como campo de observação a Inglaterra. Após visitar os Estados Unidos, a Inglaterra, a Escócia, a Suíça e a Argélia, Tocqueville estava em condições de divulgar o resultado de suas observações. [...]. A ordem mais geral de transformações estruturais aponta para o desenvolvimento da Revolução Industrial na Inglaterra e sua expansão para algumas regiões europeias como a França, a Bélgica, a Holanda, a Renânia e a Catalunha. Processo que a Inglaterra, já se iniciara por volta de 1750/60 e que fora ali precedido por modificações também, estruturais na demografia e na produção agrícola. [...] Esse processo era visto por Tocqueville, ainda numa percepção historicista, como regido por leis imutáveis, que governariam o crescimento das sociedades organizadas, concepção que vinha de Montesquieu, difundira-se sob a forma da ideologia do progresso com Turgot e Condorcet e era subscrita à época por homens como Saint Simon, Comte e outros.

aristocracia onde nasceu. Após a defesa da República Americana como lembrou Chatelet et al., apenas dois modelos de governo passam a ser estudados nas obras de Tocqueville: o “governo democrático” e o “governo absoluto de um só”:

Ela não existe também até uma data surpreendentemente tardia, na correspondência do jovem Tocqueville, já que a América só aparece aí duas semanas antes da partida, na carta de 14 de março de 1831, consagrada aos preparativos imediatos, sendo muda sobre objeto da viagem. No entanto, a idéia de uma viagem improvisada, ligada às circunstâncias políticas francesas e à situação “delicada” na qual a necessidade de prestar juramento ao novo regime colocava dois descendentes de famílias legitimistas, só não é verossímil se se refletir sobre a natureza do gênio de Tocqueville, mais levado à dedução abstrata do que à curiosidade gratuita. Ela é contraditória com o tipo de notas que ele toma desde que coloca os pés em solo americano e que atestam a elaboração intelectual anterior à viagem; incompatível sobretudo com um testemunho formal, se bem que tardio, dado por ele mesmo sobre as razões da dita viagem. É uma carta de janeiro de 1835, escrita conseqüentemente bem depois de seu retorno, no momento da publicação do primeiro volume da *Democratie*. Tocqueville expõe aí a Kergolay sua convicção de que o mundo é irresistivelmente conduzido para uma igualação das condições. Ora, a partir daí, dois tipos de governo, e apenas dois, são concebíveis no futuro: ou o governo democrático, isso é, “um estado de sociedade em que todo mundo tomaria mais ou menos parte nos negócios”, ou a sujeição de todos, o poder absoluto de um só, como o Império deu uma primeira amostra. Como obter o primeiro tipo de governo, evitando o segundo, essa é a questão que esta no centro de seu pensamento (CHATELET, et al, 1993, p.1222 –1223).

Entende-se na presente dissertação que a educação política da classe burguesa, na obra de Tocqueville, vem marcada pelo desafio de construção da vida como governo democrático em negação ao despotismo tirânico. Sua defesa da educação na sociedade capitalista traduz uma obstinada crítica ao poder absoluto de um só homem ou de uma só classe sobre toda a nação e pode ajudar a entender como ele traduziu politicamente esta sociedade.

O trabalho está dividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo denominado de *Tocqueville: história, vida e obra* buscou-se mostrar o contexto histórico onde Tocqueville viveu, seus laços familiares de origem aristocrática e uma aproximação teórica de alguns dos princípios filósofos e econômicos que ele

pleiteou para os franceses como sociedade democrática em negação ao despotismo tirânico. Começa, assim, ser traçado o próprio sentido da educação do homem político para o autor.

No segundo capítulo que tem por título *A revolução industrial e alguns traços do pensamento de Tocqueville*, buscou-se dar o contexto da revolução industrial à época do autor. Trata-se da produção da grande indústria gestando o capitalismo como uma sociedade mais acabada no seu desenvolvimento. A revolução industrial iniciada em 1750/1760 ganhava força na década de 1830, traduzindo o início dos movimentos sociais que marcaram o século XIX na Europa. É neste período que ocorreu os primeiros levantes da classe trabalhadora moderna. O final do século XVIII traduz a acentuação da diferença econômica entre as classes marcando a presença das condições de pobreza que levaram os pobres aos levantes acontecidos a partir de 1830 e intensificados entre 1846 -1848. Um elevado acúmulo de capital estava sendo criado e a política na França estava aderida ao permitido acúmulo de riqueza.

No terceiro capítulo estudou-se a obra *Mémoire Sur L' Paupérisme*: que na língua portuguesa recebeu o título de *Ensaio sobre a Pobreza*. Este capítulo tem por título *Sobre a pobreza* e vem dividido em três subitens: *A explicação da pobreza; A crítica ao princípio ético da caridade pública e A defesa do princípio ético como fundamento da moral da vida universal*. Analisar a produção social da pobreza na sociedade capitalista foi, para Tocqueville, lidar não só com algo presente nesta sociedade, mas entendê-la como um fenômeno que deveria ser eliminado a partir da aprendizagem da democracia como exercício da inteligência humana.

No quarto capítulo intitulado *Política colonial e escravidão* buscou-se entender como Tocqueville analisou questões próprias da sociedade capitalista. Não está em jogo em sua obra a negação da sociedade voltada para o comércio, mas a própria democratização desse comércio como uma questão importante no jogo democrático. A defesa da liberdade como condutora dos homens à igualdade perpassa a análise das relações entre colonos franceses e a França; marca, também, a construção da crítica teórica à escravidão. O capítulo vem

dividido em dois subitens: *Da relação da metrópole francesa com as suas colônias* e *A defesa da liberdade para os escravos*.

1. TOCQUEVILLE: HISTÓRIA, VIDA E OBRA

Buscou-se registrar aqui o contexto histórico onde Tocqueville viveu destacando seus laços familiares de origem aristocrática e uma aproximação teórica de alguns dos princípios filosóficos e econômicos que ele pleiteou para os franceses como sociedade democrática em negação ao despotismo tirânico. Tocqueville foi um intelectual e um homem de Estado comprometido com os rumos da política francesa nos idos de 1830 a 1848. Num período anterior, mas próximo, ou melhor, dezesseis anos antes do nascimento de Tocqueville, iniciava-se na França uma revolução que abalaria o Antigo Regime ainda existente no país. Apontada como marco divisório da História, a Revolução Francesa de 1789 foi um fenômeno complexo que inclui no seu processo de desenvolvimento histórico, vários movimentos: diversos historiadores apontam a *Revolta Aristocrática*, acentuada entre os anos de 1786 a 1789, como um movimento cujo desenvolvimento acabou favorecendo o desencadear das forças burguesas, predominantes ao longo de todo o período revolucionário. Já antes de 1789 iniciou-se movimentos populares de caráter urbano tendo nos “sans-culottes”, sobretudo de Paris, a vanguarda da massa pauperizada; sua influência, como força de pressão ou de apoio da Revolução Burguesa, fez-se presente em momentos, diversos, mas as conquistas populares à época foram efêmeras. Houve ainda a revolta camponesa, essencialmente dirigida contra a opressão e os privilégios feudais. Esta revolta cuja violência e amplitude acarretaram o chamado “Grande Medo”, tendeu a se esvaziar na medida em que se suprir os direitos feudais e se faz a partilha das grandes propriedades feudais, permitindo a formação de numerosa classe de pequenos proprietários rurais. Essas revoltas revoluções ligavam-se a camadas sociais mais diversas, por vezes se contrapondo, mas sempre interligadas. Como ensinou Hobsbawm:

A revolução Francesa não foi feita ou liderada por um partido ou movimento organizado, no sentido moderno, nem por homens que tivessem tentado levar a cabo um programa estruturado. Nem mesmo chegou a ter “líderes” do tipo que as revoluções do século XX nos têm apresentado, até o surgimento da figura pós revolucionária de Napoleão. Não obstante, um surpreendente consenso de idéias gerais entre um grupo social bastante

coerente deu ao movimento revolucionário uma unidade efetiva. O grupo era a “burguesia”; suas idéias eram as do liberalismo clássico, conforme formulados pelos “filósofos” e “economistas” e difundidas pela maçonaria e associações informais. Até este ponto os “filósofos” podem ser, com justiça, considerados responsáveis pela revolução. Ela teria ocorrido sem eles; mas eles provavelmente constituíram a diferença entre um simples colapso de um velho regime e a sua substituição rápida e efetiva por um novo (HOBSBAWM, 2005, p.90).

Entende-se que a Revolução Francesa deve ser entendida no quadro geral das revoluções burguesas já iniciadas anteriormente na Europa. A Revolução Francesa, ao cortar a cabeça do rei, traduziu a finalização no campo político de todo o Antigo Regime, facilitando o encaminhamento da história como capitalismo. Na prática, representou o colapso do feudalismo, já subvertido pelo crescimento demográfico e pelo desenvolvimento de forças de produção capitalista. Soma-se a isto uma conjuntura marcada por crises econômicas, aprofundando as contradições entre duas formas de vida.

À época da Revolução a agricultura, base da economia francesa, viu sua produção agravada por fenômenos climáticos que acarretaram baixos índices de colheita e, em consequência, a maior elevação dos preços dos gêneros alimentícios, levando fome e miséria às classes populares. Além do mais, um desastroso tratado comercial com a Inglaterra, o chamado *Tratado Eden-Ryneval*, de 1786, que assegurava baixos impostos de importação aos tecidos e produtos metalúrgicos ingleses em troca de tarifas preferenciais para o vinho francês exportado para a Inglaterra, afetou profundamente a indústria manufatureira francesa, incapaz de concorrer com a indústria inglesa, já na fase da Revolução Industrial, sucedendo-se falências e uma onda de desemprego, subemprego e queda dos salários, justamente quando o custo de vida estava em elevação.

Paralelamente à fermentação social que ocorria, a Monarquia debatia-se em grave crise financeira, devido aos gastos com as guerras em que se empenhava e às despesas decorrentes de uma corte suntuosa. Daí a convocação dos Estados Gerais por Luis XVI, buscando uma solução para a

crise. É interessante lembrar que foi esta decisão de Luiz XVI que proporcionou a primeira vitória contra o Antigo Regime:

Cerca de seis semanas após a abertura dos Estados Gerais, os Comuns, ansiosos por evitar a ação do rei, dos nobres e do clero constituíram-se eles mesmos, e todos os que estavam preparados para se juntarem a eles nos termos que ditasse, em Assembléia Nacional com direito de reformar a constituição. Foi feita uma tentativa contra-revolucionária que os levou a formular suas exigências praticamente nos termos da Câmara dos Comuns Inglesa. O Absolutismo atingia seus estertores, conforme Mirabeau, um brilhante e desacreditado ex-nobre, disse ao rei: “vós sois um estranho nesta assembléia e não tendes o direito de se pronunciar aqui” (HOBSBAWM, 2005, p.92).

O movimento da sociedade punha em crise a estrutura política vigente: a da sociedade dividida em três Estados ou Ordens: o Clero, integrando o Primeiro Estado; A Nobreza, formando o Segundo Estado, e o Povo, comportando inúmeras classes reunidas no Terceiro Estado. Esta estrutura não correspondia mais à realidade existente. Chefiado pela burguesia, o Terceiro Estado contrapunha-se aos privilégios das classes parasitárias. Nos campos os camponeses, em situação de miséria, tinham que pagar tributos absurdos ao clero e à decadente nobreza. Nas cidades, perambulavam pelas ruas massas de desempregados, os “sans-culottes”, que sustentaram as grandes jornadas populares da Revolução Francesa.

Em relação à política, a crise instalou-se porque o Absolutismo mostrava-se incapaz de conter a aristocracia e de proceder às reformas necessárias. A própria base do poder era atacada pelos filósofos da razão: ao direito divino dos reis opunha-se a soberania do povo; à religião de Estado contrapunha-se a liberdade de consciência; ao dirigismo econômico do mercantilismo contrapunha-se a liberdade econômica. Ainda segundo Hosbsbawm:

A burguesia dos penúltimos 25 anos do século XIX era esmagadoramente “liberal”, não necessariamente num sentido partidário (embora, como já vimos, os partidos liberais prevalecessem) mas num sentido ideológico. Acreditava no capitalismo, empresa privada competitiva, tecnologia, ciência e razão. Acreditava no progresso, numa certa forma de governo representativo, numa certa quantidade de liberdades e direitos

civis, desde que compatíveis com a regra da lei e com o tipo de ordem que mantivesse os pobres no seu lugar. Acreditava na cultura como um adendo à religião, que às vezes substituíra — em casos extremos substituindo a freqüência ritual à igreja pela ida à ópera — teatros e concertos. Acreditava na carreira aberta ao empreendimento e talento, e as próprias vidas de seus membros provavam esses méritos. Como já vimos, nesse tempo a fé tradicional e puritana nas virtudes da moderação e abstenção encontrava dificuldades no caminho de sua realização mas tal fracasso não era muito lamentado (HOBBSAWM, 2004, p. 340 -341).

A Revolução, como mostrou Hobsbawm, pode ser dividida em períodos distintos. É oportuno aqui relatá-los, pois dois desses períodos têm importância na vida do autor tomado para estudo. O primeiro período da Revolução é conhecido como “A Era das Instituições”, que vai de 1789 a 1792 e representou a primeira fase da Revolução iniciada com a reunião dos Estados Gerais, uma assembléia nacional cuja última reunião ocorrera nos primórdios do reinado de Luís XIII.

O segundo período, “A Era das Antecipações”, que vai de 1792 a 1794, é uma época em que a vida de Tocqueville começa a sofrer a influência deste momento histórico. Com a reunião da Convenção ou Assembléia Convencional, em setembro 1792, ocorreu a fase mais radical da Revolução, também conhecida como o período do “terror.” O radicalismo ligou-se à crescente pressão popular sobre a aristocracia dirigente. Sofridas pela alta do custo de vida e pelo desemprego e subemprego, as massas populares urbanas agiram no sentido de radicalizar a Revolução, e sob a liderança dos “sans-culottes”, apoiaram os jacobinos, que eram representantes da pequena burguesia em sua política igualitária⁵.

A “Era das Consolidações”, de 1794 a 1815, representou a última fase da Revolução, caracterizada pelo empenho da classe dirigente em estabilizar as conquistas liberais, não admitindo a restauração do Antigo Regime e rejeitando também a política igualitária dos jacobinos. Esta classe economicamente dirigente buscava consolidar a obra da Revolução como uma revolução burguesa, mediante a organização de uma República moderada, de regime

⁵ Sobre o tema, dentre outros, ver Jacobinos e Jacobinismo de Michel Vovelle.

censitário, excluindo das eleições os mais pobres e restaurando a plena liberdade da indústria, do comércio e dos bancos. Foi nesse período que nasceu Tocqueville.

Não se pode deixar de mencionar brevemente o período napoleônico de 1799 a 1815, quando Tocqueville já tinha dez anos de idade. Foi nesse período que se deu a consolidação das instituições burguesas. Napoleão fez um governo de centralização, através de medidas financeiras, organizando o cadastro dos contribuintes. No campo da política estabeleceu a censura religiosa, que auxiliou na educação oficial, e fundou instituições educacionais que fomentavam a militarização dos alunos.

Filho de família nobre inserida neste contexto, Tocqueville nasceu no dia 11 termidor do ano XII – 29 de julho de 1805. Em Paris sua família sempre foi ligada à nobreza francesa de herança: seus pais eram Hervé Louis Fraçois Jean Boaventura Clerel e Louise Marie Le Peletir Rosambo. A família Clerel, ramo paterno de Tocqueville, provinha de uma nobreza normanda muito antiga. Um antepassado seu, Guillume Clarel, foi companheiro de lutas de Guilherme o Conquistador e muito provavelmente deu origem à família inglesa dos Clarel. Outro ramo da família Clarel ou Clerel estabeleceu-se a partir do século XII na região de Caux, tendo legado seus bens à Abadia de Jumièges.

Em fins do século XIV essa família deslocou-se para o Leste. Em 1590, uma parte da família Clerel estabeleceu-se no Cotentin, no feudo de Auville, pertencente à paróquia de Tocqueville, da qual os Clerel tomariam o nome em 1661, após a solução favorável da disputa na qual outra família, a dos Laverrier, pretendia a posse do mesmo feudo. No século XVIII, a família Tocqueville, graças a uma hábil política matrimonial, conquistou indiscutível preeminência social nos quadros da nobreza: o avô paterno de Aléxis, Bertrand Bonaventure, chamado de cavalheiro de Tocqueville, casou-se com Catherine de Damas-Crux, pertencente à antiga família Forez, por cujas veias corria o sangue de São Luis e de César Bórgia e que foi considerada pelo genealogista Beaujon uma das mais antigas e importantes do reino. A mãe de Aléxis, Louise Marie Lê Peletir Rosambo, era neta por parte materna do ex-conselheiro real

Malesherbes e filha de Rosambo, ex-presidente da Câmara dos Deputados do Parlamento de Paris.

Em 1794 tanto o avô materno de Louise-Marie, Malesherbes, quanto seus pais, o casal Lê Peletir de Rosambo, foram guilhotinados junto com Jean Baptiste de Chateaubriand e sua esposa, tendo os filhos deste último ficado sob guarda de Hervé Bonaventure. O mesmo não aconteceu com seu pai: Hervé Bonaventure, esposo de Louise Marie', pais de Tocqueville (que se tinham casado em março de 1793), bem como as irmãs de Louise Marie e seus maridos, ficaram presos durante três meses à disposição do tribunal revolucionário. Em virtude desses sofrimentos “a atmosfera familiar da juventude de Aléxis de Tocqueville viu-se fortemente obscurecida”. (JARDIM, 1984, p. 10) A mãe, Louise Marie, sofreria doravante de constantes depressões até seu falecimento em 1836.⁶

Os avós maternos de nosso autor foram guilhotinados no processo da revolução Francesa, mais especificamente na chamada “Era das Antecipações” (1791–1794) conhecida como período do terror no qual a França, ficou sob o domínio dos jacobinos dirigidos por Maximilian Marie Isidore Robespierre. Vale lembrar que Robespierre foi uma das figuras mais importantes da Revolução Francesa tendo ficado conhecido como l'incorruptible (o incorrupto); em 1790 foi presidente do Clube dos Jacobinos, a mais famosa associação política da Revolução Francesa. Esta associação teve suas origens no Clube Breton, criado após a abertura dos estados gerais em 1789, e tomou este novo nome de seu quartel-general em homenagem a um antigo mosteiro jacobino (dominicano), em Paris. Seu quadro de associados cresceu grandemente e sua política preparada cuidadosamente, teve forte influência sobre a Assembléia Nacional. Em 1791, abrangia várias associações e tinha ramificações em todo país. O alto índice de adesões fez com que os seus membros se tornassem profissionais que a princípio, não se distinguiam por pontos de vista extremistas. Contudo, em 1792, Robespierre assumiu o controle e os moderados foram expulsos. A associação tornou-se um foco do terror com a

⁶ Maiores detalhes sobre este período ver Vélez, R.R. A Democracia Liberal Segundo Aléxis de Tocqueville São Paulo: Mandarin, 2003.

direção de Robespierre que presidiu o Comitê ou Junta da Salvação Pública, também conhecida como ditadura montanhesa, em junho de 1793 foi um instrumento na deposição dos girondinos. Seu sucesso baseava-se em uma organização impecável e no apoio dos sans-culottes. Teve seu fim depois da queda de Robespierre e as diversas tentativas de reanimá-lo foram definitivamente contidas em 1799. A dificuldade econômica e militar, com a constante ameaça de invasões estrangeiras somadas à insegurança da população provocada pelas sucessivas execuções, levaram Robespierre a perder progressivamente o prestígio como líder nacional. Ao que parece, Robespierre enredara-se nas contradições da Revolução, sem vislumbrar um projeto factível para um governo à esquerda da burguesia, inviabilizando a prática da máxima política que ensinara aos seus seguidores “Antes de se por a caminho, é preciso saber aonde se quer chegar e os caminhos que se deve trilhar”. Aproveitando-se disso, a burguesia se reorganizou e em 27 de julho de 1794 (09 de Termidor) retomou o poder na Convenção derrubando os líderes da Montanha. Quase sem apoio, os jacobinos não puderam reagir eficazmente e Robespierre e Saint-Just, entre outros foram guilhotinados. Os representantes do pântano (alta burguesia girondina) assumiram, então, o comando da Revolução. O golpe do termidor que devolvia o governo revolucionário à burguesia foi chamado de reação termidora.

Filho deste tempo histórico Tocqueville iniciou sua formação intelectual em Paris sob a orientação de um preceptor, o abade Lesuer. Em 1821, o jovem deu continuidade a seus estudos com o curso de retórica no Liceu de Metz, cidade onde o conde Hervé era prefeito. Naquela época, graças às múltiplas leituras, especialmente das obras de Rousseau⁷ e Voltaire⁸, que ele realizou na biblioteca da prefeitura municipal, Tocqueville se distanciou da fé e da moral tradicionais e teve lugar seu primeiro romance, que duraria cinco anos, com a jovem Rosalie Malye, filha do arquivista local. Em 1823 o autor iniciou seus estudos na Faculdade de Direito da Universidade de Paris, obtendo o título de

⁷ Jean Jacques Rousseau (1712-1778), filósofo francês do Iluminismo, suas obras Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens, O Contrato Social (1762) e outras.

⁸ Françoise Marie Auroet Voltaire (1694-1778) filósofo e escritor francês. Dentre suas obras destacam-se Cartas Filosóficas (1734) e Tratado sobre a Tolerância: a Proposta de Morte de Jean Calas (1763).

licenciado em 1826. O currículo da faculdade, após as reformas reacionárias de 1822 – que pretendiam banir as abordagens filosóficas e humanísticas em prol da ênfase no estudo do Direito Romano e de conhecimentos positivos e usuais – era bastante pobre, se comparado ao que tivera vigência anteriormente, inspirado nas reformas de Royer-Collard (1819).

Esse ensino reduzia-se aos institutos de Justiniano e às Pandectas, ao comentário do Código Civil, ao procedimento civil e penal e ao direito comercial. Certamente pesou mais na formação de Tocqueville, homem preocupado com a compreensão dos grandes movimentos históricos e sociais, a influência de suas leituras de juventude, entre as quais, além de Rousseau e Voltaire, devem ter figurado os autores que achava na biblioteca paterna: Montesquieu, Chateaubriand. Pesou de forma decisiva, na formação de seu raciocínio, a influência de Guizot (1787-1874). Em 1829 e 1830, nosso autor freqüentou os cursos do professor-historiador Guizot ministrados na Universidade de Sorbone, sobre a história da França. A respeito de Guizot (1787-1874), cita-se aqui o dicionário das obras de Chatelet et al:

Embaraçoso Guizot. De um lado, o brilhante historiador da civilização na Europa e na França, celebrado em todo o século XIX de Goethe e Marx e de Tocqueville e Renan. Do outro, o mau gênio da Monarquia de julho, crispado até o fracasso final em sua recusa de reformas, quase identificado com sua caricatura. Esquecimento, de uma só vez de sua obra de publicista, que se supõe a priori estar resumida na fórmula “enriqueça” (CHATELET, et al 1993, p.438).⁹

O jovem Tocqueville foi um ouvinte atento, que tomava nota das exposições e ensinamentos ali ministrados. Em contrapartida, como um estudante crítico e que tinha visto *in loco* as atribulações sofridas pela sua família no período da Revolução e posteriormente a ela, encontrava dificuldade em aceitar a idéia de Guizot de superar o ciclo revolucionário num regime fundado apenas no voto censitário.

⁹ Guizot François Pierre Guilherme (1787–1874). Estadista francês do Conselho de Ministro de 1840 a 1848.

Não se pode negar que a influência de Guizot foi decisiva para a formação do pensamento Tocqueville, apesar das dissensões que acabamos de mencionar. O centro dessa influência consistia na insistência do velho doutrinador Guizot em colocar para as jovens gerações o respeito ao passado, para estabelecer a unidade da Nação ao longo dos séculos.

Tocqueville assimilou essa herança dos pensadores doutrinários, principalmente a de Guizot, mas também abraçou outros aspectos, sobretudo a defesa da liberdade. Assim, ele foi ao encontro da democracia que, segundo ele, imperava de fato na América. Pelos serviços prestados por sua família à corte francesa, o jovem Tocqueville foi nomeado juiz e auditor nas cortes de Versalhes.

Em 1827, com 22 anos de idade, serviu ao governo dos Bourbons, no momento em que esta dinastia se encaminhava para ser destronada¹⁰. Com a morte de Luiz XVIII, em 1824, subiu ao trono o irmão deste, o Conde de Artois, que recebeu o título real de Carlos X. Nesse momento histórico havia na França três tendências dominantes entre os partidos:

1. os ultra-realistas, em sua maioria pessoas emigradas que haviam antes deixado o país, em 1789, e buscavam recuperar os privilégios perdidos, liderados pelo irmão do rei, o Conde de Artois;
2. os liberais ou independentes, coligação heterogênea, com republicanos e bonapartistas, que queriam preservar as conquistas revolucionárias, liderados por La Fayette;
3. os constitucionalistas de centro, que pretendiam a aplicação estrita da Carta Constitucional, liderados por Guizot.

¹⁰ Após a queda de Napoleão e a restauração dos Bourbon em 1815, na pessoa de Luis XVIII, monarquistas ultra-realistas passaram a conduzir a política interna da França. Eles instauraram o Terror Branco, perseguindo bonapartistas e revolucionários. A carta constitucional outorgada por Luis XVIII tentava conciliar os princípios do Antigo Regime com as conquistas essenciais da Revolução. Garantia a liberdade de pensamento, culto e imprensa; igualdade perante a lei e inviolabilidade dos bens nacionais. Respeitava a separação entre poderes, reservando ao rei o Executivo. Consagrava o regime eleitoral censitário, isto é, o eleitor devia ser contribuinte e pagar impostos delimitados por idade; por exemplo: um cidadão com 30 anos de idade pagaria 300 francos; com 40 anos de idade 1000 francos, de forma que o eleitorado se compunha de apenas 90.000 franceses.

Na conciliação destas tendências, estabeleceu-se na França um governo nos moldes do absolutismo do Antigo Regime, apoiado pelos conservadores, restaurando, assim, os privilégios do clero e da nobreza. O rei Carlos X, conduzido ao trono, encontrou uma forte oposição dos liberais, liderados pelo duque Luis Felipe, e da imprensa, que mobilizou a sociedade, preparando o terreno em que aconteceria a Revolução de 1830¹¹, estimulada e liderada pela alta burguesia francesa.

A queda de Carlos X promoveu a volta da dinastia orleanista ao poder, na pessoa de Luis Felipe, conhecido como o “rei burguês” ou o “rei das barricadas”, nos primeiros dias de julho de 1830, tendo então início o domínio da aristocracia financeira na França:

À monarquia burguesa de Luís Felipe só pode suceder uma república burguesa, ou seja, enquanto um setor limitado da burguesia governou em nome do rei, toda a burguesia governará agora em nome do povo. As reivindicações do proletariado de Paris são devaneios utópicos, a que se deve por um paradeiro. A essa declaração da Assembléia Nacional Constituinte o proletariado de Paris respondeu com a Insurreição de Junho, o acontecimento de maior envergadura na história das guerras civis na Europa. A república burguesa triunfou. A seu lado alinhavam-se a aristocracia financeira, a burguesia industrial, a classe média, a pequena burguesia, o exército, o lumpem-proletariado organizado em Guarda Móvel, os intelectuais de prestígio, o clero e a população rural. Do lado do proletariado de Paris não havia senão ele próprio. Mais de três mil insurretos foram massacrados depois da vitória e quinze mil foram deportados sem julgamento. Com essa derrota o proletariado passa para o fundo da cena revolucionária. Tenta readquirir o terreno perdido em todas as oportunidades que se apresentam, sempre que o movimento parece ganhar novo impulso, mas com a energia cada vez menor e com resultados sempre menores (MARX e ENGELS, s/d p. 209).

Contrariado com o traçado da política francesa, Tocqueville solicitou e obteve licença para estudar o funcionamento do sistema penal norte-americano. Com tal pretexto viajou para os Estados Unidos¹², com seu amigo Gustave de

¹¹ Sobre esta Revolução ler página 36 da presente dissertação.

¹² Admitindo-se esse tipo de motivação “diplomática”, por que a América? Observamos que, naquela época, os Estados Unidos da América limitavam-se, basicamente, a 24 estados, concentrados na costa atlântica e em parte do Meio-Oeste. Territorialmente ocupavam um pouco mais de um terço dos atuais Estados Unidos, sendo que a sua população não ultrapassava 13 milhões de habitantes (5,2% da de hoje). O restante do continente era

Beaumont. A sua correspondência particular havia de revelar que, na realidade, o que nosso autor queria era examinar a estrutura e o fundamento da democracia norte-americana, e que para isso havia preparado um minucioso projeto, que evitou divulgar. Pode-se ler na introdução de sua obra:

Há na viagem americana de Tocqueville um mistério de origem: Em que data essa idéia lhe ocorreu pela primeira vez? Quando o projeto tomou corpo? E por que a América? Nem os fatos comuns, nem a documentação existente permitem responder de modo convincente a essas perguntas. Os fatos são claros, mas iluminam apenas o lado menor da questão: a missão penitenciária. Quando Tocqueville e seu amigo Beaumont embarcaram no Havre, em abril de 1831, os dois jovens magistrados estão investidos de uma missão de exame das instituições penitenciárias americanas. Missão solicitada pelos interessados, mas não paga pelo governo Francês, de caráter oficial, e que está coroada por um “relatório” remetido aos poderes públicos como manda a praxe, e publicada em seguida. Mas esse estudo seja qual for o interesse que apresenta para Tocqueville, que não cessará de se interessar pela reforma das prisões francesas, não passa evidentemente, no plano

constituído de territórios índios, estados da República Mexicana (Texas, Arizona, Novo México, Califórnia) ou ainda se encontrava em mãos das potências colonialistas, como a Grã-Bretanha (Canadá, Oregon) e a Rússia (Alasca). A escravidão confinava-se aos estados do Sul, nas terras do tabaco e do algodão, enquanto o Norte e o Oeste recém-desbravado acolhiam a gente livre do mundo todo, que para lá se dirigia em busca de oportunidades. Mas a América estava longe de ser um mar de rosas. No oeste, o chefe indígena Falcão Negro, em junho de 1831, relutava em remover sua tribo para o estado do Mississippi, enquanto na Virgínia, Nat Turner, em agosto daquele mesmo ano, rebelava os escravos da região do Southampton, naquela que ficou como uma das mais sensacionais e violentas revoltas da história da escravidão americana. O que, num primeiro momento, mais chamou a atenção de Tocqueville, no seu contato direto com os americanos, foi que a soberania do povo (que na maioria das demais organizações políticas conhecidas jaz oculta, escondida ou sufocada pelas mais variadas artimanhas de reis ou de tiranos), lá estava às claras para ele. O dogma da soberania popular não era algo retórico. A preponderância dos interesses dos comuns saltara da vida comunal, estabelecida na época da colonização inglesa, e empalmara o governo estadual e o federal, depois da Revolução de 1776. Mesmo em Maryland, observou ele um estado - desde a sua fundação dominado por grande proprietários - onde se proclamou o sufrágio universal e práticas democráticas. Os antigos mandões da República se conformaram. Como não podiam impedir o acesso do povo às instituições e assembleias, o patriciado tratou de bajular as massas. Tanto era assim que dois anos antes de Tocqueville desembarcar, em 1829, Andrew Jackson assumira a presidência dos Estados Unidos (um coronel da milícia da fronteira e plantador do Tennessee), claramente apoiado no voto das classes de menor renda da sociedade norte-americana. Muitos outros países poderiam oferecer-se à curiosidade de dois amigos e legitimar igualmente a sua ausência. Entretanto a jovem República americana constituiu-se segundo o modelo de uma família, estranho à tradição na qual eles foram educados e que constituiu a oposição liberal sob a Restauração: são os liberais de todos os matizes, os francos-maçons, os republicanos que formam sob a égide simbólica de Lafayette, o campo das simpatias americanas. Verdade é que Beaumont era parente afastado de Lafayette, e que no plano familiar o jovem Aléxis tivera a oportunidade de encontrar antigos “americanos”, como Chateaubriand, ou Hyde de Neuville, o antigo agente dos príncipes durante a Revolução, ex-embaixador em Washington, amigo íntimo do conde de Bordeaux e antigo bispo de Boston.

intelectual, de um acessório de sua grande viagem. A documentação disponível não permite ter um testemunho irrecusável a respeito de suas razões profundas: com efeito, a correspondência de Tocqueville e de Gustave de Beaumont só lhes faz alusão por uma carta de Tocqueville de 14 de março de 1831, exatamente à véspera da partida: ainda assim esta carta menciona apenas razões circunstanciais ligadas a Revolução de 1830 que colocou os dois candidatos à viagem, descendentes de famílias legitimistas, numa “posição delicada” (TOCQUEVILLE, 2001, p. 11-12).

A viagem de Tocqueville à América foi de grande valor dentro de seus planos, pois, além de elaborar, junto com Beaumont, o relatório proposto sobre o sistema penitenciário, ele publicou, em 1835, a primeira parte da sua mais conhecida obra, *A Democracia na América*. Em seu complemento, conhecido como volume dois, de 1840, Tocqueville continuou a analisar a questão da democracia. Vale Lembrar que Tocqueville interessava-se muito pela questão filosófica da democracia. A preocupação filosófica com o Estado de direito sempre foi quase uma obsessão na vida do autor, que também foi um homem ligado à política na França. Em suas próprias palavras:

Portanto, não é apenas para satisfazer a uma curiosidade, de resto legítima, que examinei a América; quis encontrar ali ensinamentos que pudessemos aproveitar. Enganar-se-ia estranhamente quem pensasse que quis fazer um panegírico. Quem ler este livro ficará convencido de que não era esse o meu desígnio. Meu objetivo não foi tampouco preconizar determinada forma de governo geral, porque sou dos que acreditam que não há quase nunca uma qualidade absoluta nas leis; nem mesmo pretendi julgar se a revolução social, cuja marcha parece-me irresistível, era vantajosa ou funesta para a humanidade; admiti essa revolução como um fato consumado ou prestes a consumir-se e, entre os povos que a viram produzir-se em seu seio, procurei aquele em que ela alcançou o desenvolvimento mais completo e mais pacífico, a fim de discernir claramente suas conseqüências naturais e perceber se possível, os meios de torna-la proveitosa para os homens. Confesso que vi na América mais que a América; procurei nela uma imagem da própria democracia, de suas propensões, de seu caráter, de seus preconceitos, de suas paixões; quis conhece-la, ainda que só para saber pelo menos o que devíamos dela esperar ou temer (TOCQUEVILLE, 2001, p. 20 - 21).

Esta primeira obra do autor foi considerada como um *best seller*. Sua publicação ocasionou euforia nos círculos intelectuais da época, fazendo

adeptos. Neste contato, John Stuart Mill¹³, amigo de Toqueville, promoveu a publicação desta obra na Inglaterra, passando Tocqueville, nesse momento, a ser um dos colaboradores da revista presidida por Stuart Mill *London and Westminster Review*, órgão teórico que expressava, à época, o pensamento liberal.

De volta à França, Tocqueville dedicou-se à carreira política, tendo sido eleito deputado pelo seu distrito natal na Normandia, em 1839. Nesse cargo político se manteve até a Revolução de 1848. Conseguiu sua reeleição à Assembléia Constituinte da Segunda República e à nova assembléia legislativa de 1849, da qual chegaria a ser vice-presidente. Em junho tornou-se titular do Ministério dos Negócios Estrangeiros, no gabinete de Odilon Barrot, até sua demissão do governo, em 31 de outubro do mesmo ano.

No terreno da luta política, Tocqueville tinha a visão de uma democracia em que se harmonizassem a igualdade e a liberdade, e acreditava firmemente que a solução só se daria na medida em que os cidadãos estivessem sempre alerta e ativos na defesa da liberdade e procurassem, eles próprios, lutar em defesa de seus ideais.

Sua vida política é um exemplo claro desta luta. Vivendo desde o nascimento em um ambiente marcado pelas transformações sociais promovidas pela Revolução Francesa, via as revoluções, em geral, com certa desconfiança, mas era capaz também de analisá-las, em alguns pontos de suas obras, como necessárias, e de preconizá-las em determinados momentos:

Diz-se que não há perigo, por que não há agitação; diz-se que como não há desordem material na superfície da sociedade, as revoluções estão longe de nós. Senhores, permiti-me dizer-vos que creio que vos enganais [...] Olhai o que se passa no seio dessas classes operárias, que hoje, eu o reconheço estão tranqüilas. É verdade que não são atormentadas pelas paixões, de políticas propriamente ditas, no mesmo grau em que foram por elas atormentadas outrora; mas não vedes que suas

¹³ John Stuart Mill (1806-1873) Filósofo e economista inglês; Algumas de suas obras: *Princípios da Economia Política* (1848); *Da Liberdade* (1859) .

paixões, de políticas, se tornaram sociais?[...] Dizia-vos ainda a pouco, que esse mal levará cedo ou tarde [...] a gravíssimas revoluções neste país: podereis ficar disso convencidos (TOCQUEVILLE, 1991, p. 23).

Seu parâmetro de análise, como será mostrado nos capítulos seguintes, foi sempre uma liberdade pessoal e capaz, para ele de conduzir a vida em sociedade para uma maior igualdade entre os homens enriquecidos. Vem neste sentido a própria crítica acima dirigida aos partidos burgueses então presentes ao Parlamento francês, no sentido de não perceber o interesse traduzido no processo de luta de classes nas ruas de Paris.

No plano da educação dos homens a boa e correta vivência política dos homens é para Tocqueville, sempre a vivência daquilo que ele denomina de democracia. As revoluções no século XIX só aconteciam naquelas nações onde os homens não são capazes de conduzir o processo democrático com liberdade e igualdade social. A educação política deve conduzir a vida para a democracia em negação ao despotismo. Assim ele se impõe contra não só o império autocrático de Napoleão Bonaparte, mas como se pode observar acima, contra os movimentos operários de 1846 e 1848.

A respeito da Revolução de 1848, à qual o autor faz menção em seu discurso na Câmara dos Deputados, é importante ler Marx, num longo trecho:

A História da Assembléia Nacional Constituinte a partir das jornadas de junho é a história do domínio e da desagregação da fração republicana da burguesia, da fração conhecida pelos nomes de republicanos tricolores, republicanos puros, republicanos políticos, republicanos formalistas etc. Sob a monarquia burguesa de Luis Felipe essa fração formara a oposição republicana oficial e era, conseqüentemente parte integrante reconhecida do mundo político de então. Tinha seus representantes nas câmaras e uma considerável esfera de ação na imprensa. Seu órgão parisiense, o National era considerado tão respeitável, em seu gênero, como Journal des Débats. Seu caráter correspondia à posição que ocupava sob a monarquia constitucional. Não era uma fração da burguesia unida por grandes interesses comuns e destacadas das outras por condições específicas da produção. Era um grupo de burgueses de idéias republicanas – escritores, advogados, oficiais e funcionários de categoria que deviam sua influência às

antipatias pessoais do país contra Luis Felipe à memória da velha República, à fé republicana de um grupo de entusiastas, e sobretudo ao nacionalismo francês. Cujo ódio aos acordos de Viena e à aliança com a Inglaterra eles atiçavam constantemente. Grande parte dos partidários com que contava o National durante o governo de Luis Felipe eram devidos a esse imperialismo camuflado, que pode conseqüentemente enfrentá-lo mais tarde, durante a República, como um inimigo mortal na pessoa de Luís Bonaparte. Combatia a aristocracia financeira da mesma forma que todo o resto da oposição burguesa. As polemicas contra o orçamento, que estavam na França, estreitamente ligadas à luta contra a aristocracia financeira, proporcionavam uma popularidade demasiado barata e material para editoriais puritanos demasiado abundante para não ser explorado. A burguesia industrial estava-lhe agradecida por sua servil defesa do sistema protecionista francês, que ele aceitava, porém, mais por razões nacionais do que no interesse da economia nacional; a burguesia, como um todo estava-lhe agradecida por suas torpes denúncias contra o comunismo e o socialismo. Quanto ao mais, o partido do National era puramente republicano, ou seja, exigia que a dominação burguesa adotasse formas republicanas ao invés de monárquicas e, principalmente exigia a parte do leão nesse domínio. Relativamente às condições dessa transformação não tinha um plano claro de ação. O que pelo contrario, parecia-lhe como a luz do dia e era publicamente admitido nos banquetes reformistas dos últimos tempos do reinado de Luis Felipe era a sua impopularidade entre os democratas pequenos burgueses e, em particular perante o proletariado revolucionário. Esses republicanos puros - os republicanos são assim - estavam já a ponto de se contentar no momento com a regência da duquesa de Orléans, quando irrompeu a Revolução de Fevereiro e seus representantes mais fieis conhecidos foram apontados para postos no Governo Provisório. Desde o início contavam, naturalmente, com o apoio da burguesia e com a maioria da Assembléia Nacional Constituinte. Os elementos socialistas do Governo Provisório foram imediatamente excluídos da Comissão Executiva formada pela Assembléia Nacional por ocasião da instalação, e o partido do National aproveitou a deflagração da Insurreição de Junho para dissolver também a Comissão executiva, e livrar-se assim de seus rivais mais próximos, os republicanos pequeno-burgueses ou republicanos democratas (Ledru-Rolin, etc). Cavaignac, o general do partido republicano burguês que comandara a batalha de junho tomou lugar da comissão Executiva, com poderes quase ditatoriais. Marrast, ex-redator chefe do National, tornou-se presidente perpetuo da Assembléia Nacional Constituinte, e os ministérios, bem como todos os demais postos importantes, caíram em mãos dos republicanos puros. A fração republicano-burguesa, que há muito se considerava a herdeira legítima da Monarquia de Julho, viu assim excedidas suas mais caras esperanças; alcançou o poder, não porém como sonhara sob o governo de Luis Felipe, através de uma revolta liberal da burguesia contra o trono, e sim através de um levante do proletariado contra o capital levante este foi sufocado a tiros de canhão. O que imaginara como o acontecimento mais revolucionário resultou, na realidade, no acontecimento mais contra-revolucionário. O fato caiu-lhe nas mãos, mas caído da arvore do conhecimento e não da arvore da vida. O domínio exclusivo dos republicanos burgueses durou apenas de 24 de junho a 10 de Dezembro de 1848, resumiu-se na elaboração da

Constituição republicana e na proclamação do estado de sitio em Paris (MARX e ENGELS, s/d, p. 211- 212).

Como deputado e como representante do congresso em 1848, Tocqueville procurava sempre defender posições que se mostrassem coerentes com tudo aquilo que ele defendia em seus escritos. Como ministro, participando do governo de Luís Napoleão Bonaparte¹⁴, elaborou um manifesto contra a nova situação, sendo preso juntamente com outros parlamentares.

Era o fim de sua carreira política. Retirou-se para sua propriedade, e ali, em profundas meditações, escreveu o que ele julgaria ser a sua obra mais perfeita sobre a França: uma história da Revolução Francesa, da qual só publicaria um pequeno - mas memorável - estudo da decadência da aristocracia francesa: O Antigo Regime e a Revolução. O restante de suas notas seria publicado mais tarde, completando um quadro de singular riqueza, o qual, não obstante, se empalidece se comparado com a sua penetrante análise da sociedade norte-americana. Apesar de reduzidos em volume, seus escritos geraram obras que alcançaram grande reconhecimento na história do pensamento político. Entre 1826 e 1857 Tocqueville realizou 11 viagens de estudos: no ano de 1826 partiu para a Itália, em companhia de seu irmão Edouard. Em 1829 visitou a Suíça, com seu primo Louis Kerkolay.

De 02 de abril de 1831 a 20 de fevereiro de 1832, realizou viagem aos Estados Unidos e ao Canadá em companhia de seu amigo Gustave de Beumont; os viajantes visitaram Nova York, Albany, a Ilha do Francês do lago Oneida,

¹⁴ Em 1852 foi publicada, por Marx, a obra *O 18 de Brumário de Luis Bonaparte*, a respeito do golpe de Estado de dezembro de 1851. Com olhos aguçados, Marx jamais perdeu o fio da meada da economia e consegue ver o que havia por trás de todo o espetáculo de legitimistas, orleanistas, bonapartistas, republicanos e do Partido da Ordem, mostrando o que realmente acontecera na França após a abdicação de Luis Felipe: os grandes industriais, os grandes proprietários de terras e financistas haviam se unido contra a pequena burguesia e os trabalhadores. Todos os partidos políticos se viram frustrados em suas tentativas de atingir seus objetivos através do governo parlamentarista; e desse modo fora possível a Luís Bonaparte assumir o poder, não pelas simples mágica do nome Napoleão, mas graças ao apoio de uma classe de camponeses proprietários de terras que não haviam conseguido se organizar politicamente, porém queriam um pai e protetor para se colocar entre eles e a burguesia, juntamente com o apoio interesseiro de um grupo de burocratas profissionais, criado pela centralização do governo. Por um momento, diz Marx, Luís Bonaparte conseguirá manter todos os grupos em posição de equilíbrio; porém, como lhe seria impossível fazer qualquer coisa para um deles sem de algum modo prejudicar os outros, ele acabaria fazendo com que todos se voltassem contra ele.

Auburn, Canadagua, Saginaw, Detroit, os grandes lagos Quebec, no Canadá e de novo nos Estados Unidos, Boston, Filadélfia, Baltimore, Cincinnati, Sandy Bridge na beira do rio Mississipi, Memphis, Nova Orleans e Washington. Em 1833, Tocqueville realizou sua primeira viagem à Inglaterra. Em 1835, nosso autor voltou a este país em companhia de Gustave de Beaumont e foi até a Irlanda. Em 1836, visitou novamente a Suíça, em companhia de Madame Tocqueville, a jovem inglesa Mary Mottley, com quem tinha se casado em 1835. Em 1841, realizou sua primeira viagem à Argélia, novamente em companhia de Beaumont. No ano de 1846 realizou a segunda viagem a essa colônia francesa. 1849 foi o ano em que viajou à Alemanha tendo visitado Colônia, Frankfurt e Bonn.

Em 1854 visitou de novo esta última cidade, com o intuito de documentar seus estudos sobre o direito feudal para a elaboração de sua obra *O Antigo Regime e a Revolução* que seria publicada em 1856. Em 1857 Tocqueville visitou pela última vez Londres, onde completou a documentação para a redação da segunda parte da obra *O Antigo Regime e a Revolução* que deixou incompleta.

Em 1854 visitou de novo esta última cidade, com o intuito de documentar seus estudos sobre o direito feudal para a elaboração de sua obra *O Antigo Regime e a Revolução*, que seria publicada em 1856. Em 1857 Tocqueville visitou pela última vez Londres, onde completou a documentação para a redação da segunda parte da obra *O Antigo Regime e a Revolução*, que deixou incompleta.

As viagens de estudos conferiram à obra de Tocqueville uma etnologia descritiva dos costumes políticos dos países por ele visitados. O autor deu continuidade a uma tendência presente na ensaística política francesa revelada nas obras de Montaigne¹⁵ (1533-1592) e continuada nas obras de

¹⁵ Michel de Montaigne (1533-1592) pensador e escritor francês suas obras o Ensaio V.1 e V.2 e outras.

Montesquieu¹⁶ (1689-1755). Com a saúde bastante debilitada, Tocqueville faleceu em Cannes, Sul da França, em 16 de abril de 1859.

¹⁶ Charles Louis de Condat (1689-1755) Barão de Montesquieu, magistrado e escritor francês dentre suas obras O Espírito das Leis (1748).

2. A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E ALGUNS TRAÇADOS DO PENSAMENTO DE TOCQUEVILLE.

No processo de gestação da revolução industrial na Inglaterra, o modo de produção econômica agrário foi substituído pelo barulho das fábricas. Traduzindo uma nova forma de vida para os homens, as chaminés das indústrias lançavam sem cessar fumaça aos céus ao seu redor, e acumulavam-se vilas ou cidades que, ao traduzirem a forma burguesa de existência, expressavam, entre os trabalhadores, uma nova forma de trabalho: a divisão técnica do trabalho manufatureiro, que apontava para o trabalho assalariado. Na metade do século XIX o domínio comercial inglês já estava estabelecido, com seus bens manufaturados sendo comercializados em toda a Europa e espalhando-se pelo resto do mundo. Já era um desenvolvimento sem volta. As contradições sociais eram inegáveis.

Diante deste contexto na obra *Mémoire Sur L'É Paupérisme*, por exemplo, na análise teórica da pobreza o autor partiu de um quadro evolutivo da história. Com a passagem da vida pautada na caça para a vida pautada na agricultura e na sedentarização estaria projetado o início da propriedade privada, portanto, da desigualdade entre os homens, gestando a pobreza. A igualdade no modo de vida primitivo teria sido possível pela abundância ou escassez de recursos necessários à sobrevivência dos homens, mas não ao longo do processo evolutivo da espécie. Esta análise da história Tocqueville aplicou na leitura das condições concretas da Europa do século XII, quando escreveu sobre os últimos séculos do modo de produção feudal¹⁷. Vale lembrar que Tocqueville nunca foi um autor que negasse a perspectiva da vida como algo diferente do passado. Também, nunca radicalizou numa leitura desse passado. Tratou

¹⁷ Como escreveu HUBERMAN (1986,p.18) "O feudalismo, organização econômica, política social e cultural baseada na posse da terra, começou a se formar no século V, na Europa ocidental, com a crise do Império Romano. Foi se articulando graças à integração de elementos romanos e germânicos e principalmente, a partir do momento em que as fronteiras do Império começaram a ruir, obrigando as populações urbanas a se isolar no campo. O sistema feudal estaria plenamente consolidado apenas a partir do século IX. O sistema feudal teve como principio básico a obrigação servil, apresentava as seguintes características: produção auto-suficiente, pois se destinava ao consumo local e não às trocas comerciais; poder político local e sociedade estamental."

disso, sobretudo, numa obra intitulada *O Antigo Regime e a Revolução*. Nestes estudos explicou que, no período feudal, a sociedade estava dividida em três estamentos: o primeiro era composto pela nobreza, o segundo pelo clero e o terceiro pelos aldeões ou servos. Para o autor estudado, a presença histórica do Terceiro Estado garantiria, no contexto da vida feudal, certo equilíbrio na sociedade, entre os proprietários de terras (a Aristocracia e a Igreja) e os agricultores (aldeões ou servos), que cultivavam a terra através do próprio trabalho e retiravam dela o seu sustento.

Havia ali certo equilíbrio social, como entendeu Tocqueville, porque tanto os aristocratas - que viviam com luxo, mas não com conforto - como os camponeses teriam os meios de sobrevivência necessários à reprodução da vida garantidos para ambos. Com o desenvolvimento do comércio e, correspondentemente, das manufaturas, gerando mais demanda de trabalho e um correspondente crescimento concentrado das riquezas, ocorreu, para Tocqueville, um paradoxo na evolução humana: se no processo de produção feudal estava assegurada a todos a sobrevivência, na modernidade, com a maioria da população envolvida no processo industrial, os trabalhadores assalariados não possuíam a garantia de sobrevivência e morreriam de fome se não existisse a caridade pública. Esta questão está presente no pensamento do autor francês na análise da pobreza e nos discursos que ele pronunciou no Parlamento quando ocupou a cadeira de deputado.

Como Tocqueville tinha os olhos voltados para a vida real mas não deixava de lado um dado ideal como pressuposto para analisar a história, a pobreza, que ele de fato viu na Inglaterra como um produto da Revolução Industrial, correspondia, a seu ver, a uma etapa de um processo histórico marcado por duas épocas de equalização entre os homens: uma primitiva, pautada pela igualdade social, e a outra, a de seu tempo, de busca de satisfação das necessidades materiais. Esta última consolidava a visão de Tocqueville da sociedade capitalista; uma visão de sociedade que, como observou Werling, já era uma visão dominante à época:

A pobreza da época de Tocqueville correspondia, assim, à etapa de um processo histórico balizado por duas épocas de equalização, uma primitiva e outra de satisfação das necessidades materiais, mesmo que estas fossem mutáveis e crescentes. Essa concepção da sociedade constituída por uma vasta classe média era prospectiva praticamente única à época, já que os conservadores após a restauração, como muitos católicos e a maioria dos românticos, olhavam o passado rural com a profunda sensação de perda de um mundo idílico, enquanto os velhos jacobinos e os novos socialistas aspiravam pela revolução que completaria o trabalho inacabado da Convenção (WERLING in TOCQUEVILLE, 2002. p.184 –185)

O período de 1830 em que Tocqueville escreveu sobre a pobreza é considerado na Europa uma época de prenúncio dos movimentos sociais que marcaram a sociedade capitalista na sua forma industrial. Anunciou os primeiros levantes da classe trabalhadora moderna. O final do século XVIII corresponde à formação social das condições para os levantes acontecidos a partir dos anos 30 do século XIX e intensificados a partir dos quarenta. Sobre a estruturação da Revolução Industrial na Inglaterra o historiador Hobsbawm esclareceu:

A partir da metade do século XVIII, o processo de acumulação de velocidade para a partida é tão nítido que os historiadores mais velhos tenderam a datar a Revolução Industrial de 1760. Mas uma investigação cuidadosa levou a maioria dos estudiosos a localizar como decisiva a década de 1780 e não a de 1760, pois foi então que, até onde se pode distinguir, todos os índices estatísticos relevantes deram uma guinada repentina, brusca e quase vertical para a “partida”. A economia, por assim dizer voava (HOBBSAWM, 2005, p.51)

A Revolução Industrial iniciada em 1750/60 ganhava força na década de 1830, que apontou, também, para o início dos movimentos sociais que marcaram o século XIX na Europa. Traduz, no plano do pensamento, a defesa do *self-made-man*¹⁸. É neste contexto que Tocqueville analisou, por exemplo, a questão da pobreza, traduzida no *Ensaio sobre a Pobreza*.

O “boom” industrial, que avançava de forma rápida, ocasionando mudanças estruturais nunca vistas, teve início no período da chamada Revolução Gloriosa

¹⁸ “O homem que se faz por si mesmo”.

(1689-89), quando o lucro privado e o desenvolvimento econômico tinham sido aceitos como o principal objetivo da política governamental inglesa.

Antes da Revolução Industrial, um conjunto de novos homens proprietários (que iriam compor a classe burguesa em nascimento), com conhecimento comercial, monopolizava as terras conquistadas no processo “nada idílico” de acumulação primitiva, as quais passaram a ser cultivadas por arrendatários, empregando camponeses sem terras, ou por pequenos proprietários. Hobsbawm ainda esclarece que se tratava, antes de qualquer coisa, de uma produção já na forma traçada pelo capitalismo, em que as atividades agrícolas não eram mais atividades coerentes com a forma feudal de vida, pois já se impunham como produção “predominantemente dirigida para o mercado”:

Um bocado de resquícios verdadeiras relíquias da antiga economia coletiva do interior ainda estava para ser removido pelo Decreto das Cercas (Enclousure Acts) e as transações particulares, mas quase praticamente não se podia falar de um “campesinato britânico” da mesma maneira que um campesinato russo, alemão, ou francês. As atividades agrícolas já estavam predominantemente dirigidas para o mercado; as manufaturas de há muito se tinham disseminado por um interior não feudal. A agricultura já estava preparada para levar a termo suas três funções fundamentais numa era de industrialização: aumentar a produção e a produtividade de modo a alimentar uma população não agrícola em rápido crescimento; fornecer um grande e crescente excedente de recrutas em potencial para as cidades e as indústrias; e fornecer um mecanismo para o estímulo de capital a ser usado nos setores mais modernos da economia (HOBBSAWN, 2005, p. 54 - 55).

Assim, um elevado acúmulo de capital estava sendo criado. A política estava aderida ao permitido acúmulo de riquezas; não havia mais barreiras para o avanço industrial da Inglaterra, a riqueza governava a nova vida. O que os industriais, ou seja, os donos da riqueza acumulada na forma burguesa necessitavam para serem aceitos como homens de poder político no parlamento era, sobretudo, ter propriedade, ou seja, riqueza privadamente acumulada.

Neste processo, poucos prosperam tanto quanto os “senhores do algodão”. O algodão cru, importado das plantações escravas do Sul dos Estados Unidos através do porto de Liverpool, transformava-se rapidamente em tecido. Em 1800, cerca de 56 milhões de libras esterlinas de algodão chegaram a todos os lugares da Inglaterra. Dez anos depois, essa cifra alcançava 123 milhões. O algodão, tecido leve, fácil de lavar e bom para tingir, encontrou o mercado doméstico aberto e, o que é o mais importante, alta aceitação nas terras do Império Britânico na Ásia.

Nunca foi simples o processo de produzir o tecido a partir do algodão cru. Seu fruto tinha que ser aberto e espalhado, depois as fibras deviam ser limpadas e separadas das sementes e penteadas antes de serem enroladas. Isto era feito primeiro em fio grosseiro, depois em linha fina. Apesar da complexidade, em todos esses processos, a mão-de-obra humana podia agora ser substituída por máquinas.

Essa era a força do sistema fabril que substituía a mão-de-obra habilidosa de uma ampla força de trabalho pela supervisão de umas poucas mãos, operando diversas máquinas movidas por uma única fonte de energia. Ainda eram precisos trabalhadores diretos, homens ou mulheres, para vigiarem o processo de trabalho das máquinas. Cabia ainda às crianças o trabalho infantil de entrar embaixo do maquinário para remover bloqueios, limpar as partes mais inacessíveis ou coletar pedaços de algodão caídos pelo chão.

Diante do sistema fabril, os trabalhadores diretos, como fiandeiras e tecelões, passaram a ser dispensados, e neste processo, com a morte dos velhos ofícios, uma nova classe, o proletariado industrial, começou a tomar forma, engrossada pelo fluxo de homens retirados da terra.

Nesse sentido, dizer que a Revolução Industrial inglesa teve na sua base inicial a indústria do algodão é precisamente correto. Não obstante, a expansão da indústria do algodão e a economia industrial não permaneceram sólidas durante muito tempo. Na década de 30 do século XIX houve um estancamento

na economia. Essa crise econômica, que para muitos historiadores é considerada a primeira do sistema capitalista, acarretou sérias consequências sociais. Provocou, como foi dito acima, levantes dos trabalhadores da indústria e das populações pobres das cidades, preparando o campo para os movimentos revolucionários no continente europeu e o movimento cartista na Inglaterra. Tocqueville, no ano de 1848, no contexto dos levantes, advertiu os deputados franceses sobre o que entendeu como um perigo para a sociedade, relembrando o que vira na Inglaterra em anos anteriores:

A Revolução Industrial que, há trinta anos, fez de Paris a primeira cidade manufatureira da França e atraiu a seus muros uma nova população de operários, a quem as obras das fortificações acrescentaram todo um povo de agricultores agora sem trabalho; o ardor dos gozos materiais que, sob o arguilhão do governo, excitava cada vez mais essa multidão; a inquietação democrática da inveja que a minava surdamente; as teorias econômicas e políticas que surgiam e que tendiam a fazer crer que as misérias humanas eram obra das lei e não da providência e que a pobreza podia ser suprimida mudando-se a base da sociedade; o desprezo que se devotava à classe governante, sobretudo aos homens que a encabeçavam. Desprezo tão geral e profundo que paralisou a resistência daqueles a quem mais interessava a manutenção do poder que se derrubava (TOCQUEVILLE, 1991, p. 84).

Nos anos anteriores a 1830 os preços dos produtos manufaturados já haviam sofrido altas e baixas, não comprometendo a expansão da produção industrial. Isso é muito bem explicado pela atitude eficaz tomada pelos donos dos meios de produção. Aplicando seus capitais em investimentos extra-europeus e resgatando-os em momentos de crise, no mercado interno, em longo prazo, fizeram baixar os preços dos bens e serviços, aumentando, assim, a faixa de consumidores. Sobre esse fenômeno, Lésourd demonstrou o custo do frete de uma tonelada de mercadoria entre 1819 e 1850:

**EVOLUÇÃO DO CUSTO DE TRANSPORTE DE UMA TONELADA DE
MERCADORIA (EM FRANCOS)**

Anos	Antuérpia- Nova York	Antuérpia – Rio de Janeiro
1819	80	80
1830	68	62
1850	20	34

Fonte: J.L Miége, Lê taux du fret ai XIXe. Siecle, apud J.^a Lesourd e C.Gérard, op.cit., vol. I, p.131.

E, ainda, comparando ao índice de salários:

INDICES DOS SALÁRIOS REAIS POR PERÍODO					
FRANÇA		INGLATERRA		ESTADOS UNIDOS	
Anos	Índices	Anos	Índices	Anos	Índices
1789 -1799	54	1809 - 1818	43	1811 - 1820	61
1810 -1814	73	1819 - 1828	47	1821 - 1826	69
1824 -1833	68	1828 - 1832	48	1827 - 1842	72
1833 -1839	64	1833 - 1842	51	1843 - 1848	83
1852 -1858	55	1849 - 1858	57	1848 - 1858	79
1868 -1878	70	1869 - 1878	74	1868 - 1878	87
1879 -1886	82	1880 -1886	80	1878 - 1885	92
1895 -1903	97	1895 -1903	93	1897 - 1908	102

Fonte: Kuczynski, apud J. A . Lésourd e C. Gerard, op.cit.,Vol., pa. 138.

Tocqueville via esse processo como se a sociedade, ou melhor, a produção capitalista, fosse um processo posto em curso e regido pela descoberta de leis naturais que regiam o crescimento da sociedade vigente. Esta concepção, que traduzia a ordenação do pensamento liberal, vinha, dentre outros, de pensadores como Montesquieu (1689 - 1755) autor da obra *O Espírito da Leis*.

Do ponto de vista estrutural a Revolução Industrial promovia progressos, se entendermos progresso como aumento de geração de riquezas privadas e inovações científicas e como crescimento da capacidade produtiva. A este respeito escreveu Hobsbawm, apontando para as contradições sociais que estavam sendo gestadas:

Em termos de produtividade econômica, esta transformação social foi um imenso sucesso: em termos de sofrimento humano uma tragédia aprofundada pela depressão agrícola depois de 1815, que reduziu os camponeses pobres a uma massa destituída e desmoralizada. Depois de 1800, até mesmo um campeão tão entusiasmado do progresso agrícola e do “movimento das cercas” como Arthur Young ficou abalado com seus efeitos sociais. Mas do ponto de vista da industrialização, esses efeitos também eram desejáveis; pois uma economia industrial necessita de mão de obra, e de onde mais poderia vir esta mão-de-obra senão do antigo setor não industrial? A população rural doméstica ou estrangeira era a fonte mais óbvia, suplementada pela mistura de pequenos produtores e trabalhadores pobres (HOBBSAWN, 2005, p. 78).

Entre as inovações causadas pela Revolução Industrial no século XIX nenhuma foi tão intensa quanto o desenvolvimento das ferrovias. As primeiras linhas foram abertas na Inglaterra por volta de 1825, nos Estados Unidos em 1827, em seguida na França, em 1828, na Alemanha e na Bélgica em 1835, chegando à Rússia em 1837. Ao levar a rede ferroviária ao coração da cidade, os engenheiros tornaram a via de resistência menor, abrindo caminho através de moradias de aluguel degradadas e deixando sem lar milhares de trabalhadores.

Há que se lembrar que a Revolução Industrial foi precedida de duas outras mudanças de caráter estrutural. A primeira foi o processo de acumulação primitiva, em que a posse das terras passou para as mãos da classe burguesa em nascimento, liberando-se uma população da terra que servirá de ponto de partida para o trabalho regido pelo capital. Neste encaminhamento, pode-se dizer que, sob a tutela da produção burguesa voltada para o mercado, a produtividade aumentou nos campos, em virtude de novas técnicas de plantio e adubagem, bem como se implantou a pecuária, ocasionando o crescimento de estoque de alimentos:

Essa mudança agrícola tinha precedido a revolução industrial e tornou possível os primeiros estágios de rápidos aumentos populacionais, e o ímpeto naturalmente continuou, embora as atividades agrícolas britânicas tivessem sofrido pesadamente com a queda que se seguiu aos preços anormalmente altos das guerras napoleônicas. Em termos de tecnologia e de investimento de capital, as mudanças de nosso período foram provavelmente bastante modestas até a década de 1840, o período em que se pode dizer que a ciência e a engenharia agrícolas atingiram a maturidade. O vasto aumento da produção, que capacitou as atividades agrícolas britânicas da década de 1830 a fornecer 98% dos cereais consumidos por uma população duas ou três vezes maior que a de meados do século XVIII foi obtida pela adoção geral de métodos descobertos no início do século XVIII, pela racionalização e pela expansão da área cultivada (HOBSBAWN, 2005, p. 77).

A outra mudança que vale aqui ser lembrado foi marcada, primeiro, pela descoberta da vacina contra a varíola, que propiciou a diminuição da mortalidade infantil, e segundo, pelo fortalecimento dos homens, em vista das boas condições de alimentação.

Outra consequência destas inovações foi a explosão demográfica. Os aumentos da população foram rápidos e eficazes, se considerado o ritmo de uma sociedade industrial. Houve na Inglaterra, bem como em países vizinhos, um aumento desproporcional de habitantes em relação ao crescimento das condições de saneamento. Em 1750 havia na Inglaterra uma população de sete milhões de habitantes e em 1801 essa população chegou dez milhões e novecentos mil habitantes. Quando Tocqueville fez suas observações sobre a pobreza, a Inglaterra contava com dezesseis milhões e quinhentos mil habitantes.

A urbanização foi acelerada, atingindo índices preocupantes. Londres e outras vinte e oito cidades ao seu redor contavam com mais de um milhão de habitantes. Os equipamentos sanitários urbanos eram inadequados, mesmo para as pessoas bem de vida. Os sistemas de esgoto, planejados apenas para drenar a água da chuva, não davam conta da demanda do maciço crescimento da população. Para os pobres, espremidos em porões, becos ou cortiços, era

muito pior. Contavam apenas com latrinas, comumente poucas e distantes. Em certas ruas de Manchester não havia nenhuma delas, produzindo-se assim um caos em termos de higiene.

Todas as grandes cidades possuem um ou vários “bairros de má reputação” onde se concentra a classe operária. É certo que é freqüente a pobreza morar em vielas escondidas, muito perto dos palácios dos ricos, mas em geral, designaram-lhe um lugar à parte onde, ao abrigo dos olhares das classes mais felizes, tem de se safar sozinha, melhor ou pior. Estes “bairros de má reputação” são organizados em toda a Inglaterra mais ou menos da mesma maneira, as piores casas na parte mais feia da cidade; a maior parte das vezes são construções de dois andares ou de um só, de tijolos, alinhadas em longas filas, se possível com porões habitados e quase sempre irregularmente construídos. Estas pequenas casas de três ou quatro cômodos e uma cozinha chamam-se *cottages* e constituem vulgarmente em toda Inglaterra, exceto em alguns bairros de Londres, as habitações da classe operária. Habitualmente, as próprias ruas não são planas nem pavimentadas; são sujas, cheias de detritos vegetais e animais, sem esgotos nem canais de escoamento, mas em contrapartida semeadas de charcos estagnados e fétidos. Além disso, a ventilação torna-se difícil, pela má e confusa construção de todo bairro e como aqui vivem muitas pessoas num pequeno espaço, é fácil imaginar o ar que se respira nestes bairros operários. De resto, nas ruas, quando há bom tempo, estendem-se varais de uma casa a outra, onde se pendura a roupa úmida (ENGELS, 1986, p. 38).

Foi essa pobreza que Tocqueville encontrou na Inglaterra sobrevivente mal-alimentados, que viviam em péssimas condições. Entre eles havia uma pequena parcela bem-alimentada e em pleno vigor físico que se aproveitava da Lei dos Pobres e vivia em plena ociosidade:

Quando cruzamos os vários países da Europa, ficamos surpresos com uma visão extraordinária e aparentemente inexplicável. Os países que parecem ser os mais pobres são aqueles que, na realidade, têm menos indigentes, enquanto que, entre os povos mais admirados por sua opulência, parte da população é obrigada a contar com doações de outros para poder viver (TOCQUEVILLE, 2003, p.76).

A Lei dos Pobres, para Tocqueville, estimulava o ócio e outros problemas sociais, fazia aumentar a criminalidade e proporcionava a expansão demográfica. Encontramos neste ponto uma crítica enfática de Tocqueville, que

será mais detalhadamente abordada no capítulo seguinte de nossa dissertação. Partindo de determinados pressupostos teóricos, Tocqueville marcou e criticou na prática social instituída o que lhe parecia ser uma inadequação aos ideais pleiteados por ele como implantação de novos tempos.

Desta vala imunda a maior corrente da Indústria humana flui para fertilizar o mundo todo. Deste esgoto imundo jorra ouro puro. Aqui a humanidade atinge o seu mais completo desenvolvimento e sua maior brutalidade, aqui a civilização faz milagres e o homem civilizado torna-se quase um selvagem (TOCQUEVILLE, 2000, p.112).

Para Tocqueville, esse ritmo, essa nova forma de vida da Inglaterra, era diferente daquela que o autor conhecia no seu país de origem, a França. Na década de 1830 a França, sob o governo de Luís Felipe, era um país rural, com baixa produtividade agrícola; não possuía as novas técnicas de plantio e adubagem dos ingleses, devido à própria resistência dos agricultores franceses. A indústria já existente era voltada para a produção de artigos de luxo, e a circulação de capitais era precária em comparação com a dinâmica da Inglaterra. Atento a essa realidade na França e conhecedor de tais dificuldades, Tocqueville procurou não comparar sua nação com a Inglaterra.

Nesse esforço que marca o pensamento evolutivo Tocqueville - vale repetir - não se afastou radicalmente do modelo da sociedade que precedeu a sociedade capitalista. No terreno político, ele elogiou sempre os laços que para ele uniam os senhores aos seus servos. Partindo deste ponto, ou da afetividade entre os homens, como já lembrou Aron:

[...] Prefere pensar que as desigualdades de riqueza tenderão a se atenuar à medida que as sociedades modernas se tornem mais democráticas. Crê, sobretudo, que as fortunas industriais e mercantis são precárias para originar uma estrutura hierárquica durável. [...] Tocqueville sustentava, desde 1835, a teoria semi-entusiástica, semi-resignada, mais resignada do que entusiástica do *welfare state* ou do emburguesamento generalizado (ARON, 2002, p. 326).

Tocqueville nunca negou que as atividades fundamentais da sociedade moderna eram a comercial e a industrial. Evolutivamente, o autor procurou

mostrar a predominância da atividade industrial e do comércio de sua época, avançando a vida sobre o passado feudal. Como um bom retratista, identificou que as riquezas industriais e comerciais na sociedade capitalista eram móveis e marcadas pela lei natural da liberdade. Esta questão permeia todos os escritos do autor e será estudada, ainda, nos próximos capítulos.

3. SOBRE A POBREZA

Pretende-se com este capítulo estudar o pequeno ensaio do autor denominado *Memoire Sur le Paupérisme*, de 1835. Na língua portuguesa essa obra tem como título *Ensaio sobre a Pobreza*. Sobre as condições históricas e as motivações pessoais que levaram um aristocrata de nascimento a escrever sobre a pobreza na sociedade capitalista escreveu um de seus mais importantes biógrafos, André Jardim, em 1984, através de biografia publicada pela *Editions Hochette*, de Paris, traduzida em 1998 para a língua inglesa¹⁹:

Sabemos muito pouco o que ocasionou o primeiro destes ensaios, *Mémoire sur le paupérisme*, publicado em *Mémoires de la Société Académique de Cherbourg* em 1835. Parece-nos que deve ter sido escrito entre janeiro e abril daquele ano, ou seja, entre a publicação da primeira parte de *Democracia na América* e a segunda viagem à Inglaterra. Infelizmente, os arquivos da Sociedade Cherbourg não contêm nada que faça referência ao manuscrito. Mas Tocqueville, ao falar de sua experiência de vida entre os ingleses, usa uma longa passagem de suas *Notes de Voyage*, de 1833, sem, no entanto, referir-se uma só vez àquelas de 1835, o que seria bastante surpreendente tivesse escrito seu texto depois de retornar da Inglaterra, em setembro. As duas fontes mais importantes para *Mémoire sur le Paupérisme* foram, por um lado, as investigações e relatórios feitos antes da aprovação da Nova Lei dos Pobres pelo Parlamento Britânico em 15 de fevereiro de 1834, juntamente com o texto da própria lei e, por outro lado, a obra *Traité d'économie chrétienne de Villeneuve-Bargemont*, em três volumes, publicada no ano de 1834, e que tem como subtítulo *Recherches sur la nature et les causes du paupérisme em France et em Europe et sur lês moyens de lê soulager et de prévenir*. É bem provável que as reflexões críticas feitas por Tocqueville a partir destas duas obras levaram-no a estabelecer sua posição em relação ao problema do pauperismo (JARDIM, 1988, p. 242, apud TOCQUEVILLE, 2003, p.11).

¹⁹ O Ensaio foi reimpresso no *Bulletin des sciences économiques et sociales* do *Comité des travaux historiques et scientifiques* em 1911; no *Commentaire*, no outono de 1983 e no inverno de 1983-4; e nas *Oeuvres complètes de Tocqueville*, J.P. Mayer (editor), XVI Paris:1989. Uma tradução em inglês, feita por Seymour Drescher, encontra-se em *Tocqueville and Beaumont on Social Reform*, Drescher (ed), New York: 1968, e foi reimpressa no *The Public Interest*, inverno de 1983, com uma introdução de G.Himmelfarb. Para citações feitas no período do ensaio, ver *Oeuvres*, XVI, p. 139, nº 23, e *Tocqueville e Beaumont on Social Reform*, p. 02, nº 1.

No conjunto das obras do autor, a aqui destacada não era, em 1835, uma obra acabada. Para Tocqueville representou um estudo da pobreza que a industrialização na Inglaterra e França traduzia comitente à acumulação da riqueza. Sua meta: sensibilizou e por à pensar os homens sobre um traçado real do trabalho — a escravidão — no capitalismo. Ainda sobre esta obra escreveu Jardim:

Este *Mémoire* de 1835 pretendia ser não mais do que a primeira parte de um trabalho maior: A sociedade Acadêmica de Cherbourg anunciou que a seqüência viria em 1838. No entanto, esta segunda parte nunca surgiu, e especialistas presumem que sequer foi escrita, ou então que se perdeu. Mas, ao coletar alguns papéis esparsos em uma pasta dos arquivos da família, pudemos reconstruir um texto cuja extensão é 3/5 do primeiro ensaio. Este texto, escrito após a promulgação da lei sobre caixas econômicas de fevereiro de 1837, está acompanhado de variantes e indicações de uma possível continuação, ma é, claramente, um ensaio não acabado. Por que o autor não completou algo no qual ela já havia trabalhado tanto? Seria porque ele quis dedicar-se exclusivamente à escrita de seu extenso livro ou por que ele tinha dúvidas quanto às soluções que estava propondo? Não nos é possível afirmar com certeza (JARDIM, In TOQUEVILLE. 1984, p. 242).

Após seu retorno da Inglaterra em 1835 Tocqueville assim inicia sua comunicação à Académie de Cherbourg²⁰:

Quando cruzamos os vários países da Europa, ficamos surpresos com uma visão extraordinária e, aparentemente, inexplicável. Basta cruzar o interior da Inglaterra para pensar que fomos transportados a um Éden da civilização moderna --- estradas magnificamente conservadas, casas novas e limpas, gado bem alimentado a pastar em campos ricos, agricultores fortes e saudáveis, com uma quantidade de riqueza mais espantosa do que qualquer país do mundo --- e, para suprir as necessidades mais mundanas, existe um padrão de vida mais refinado e gracioso do que em qualquer outro lugar. Há uma impressão de prosperidade geral que parece fazer parte do próprio ar que lá respiramos. A cada passo dado em território

²⁰ Porque Tocqueville e sua família eram normandos, foi o trabalho apresentado à Academia de Cherbourg, uma instituição de menor importância. Entretanto, o “Ensaio” ou “Comunicação sobre a Miséria” possui altas virtudes proféticas, universais, por que escrito quase ao findar do período conhecido como do Liberalismo Clássico, liberalismo Antigo ou primeiro Liberalismo, quando a sobrevivência do Liberalismo parecia problemática. E talvez tenha sido essa a razão por que o Mémoire nunca fora traduzido para o português. Mesmo seu texto original em francês não nos era facilmente acessível.

inglês, encontra-se algo capaz de fazer o coração do turista exultante (TOCQUEVILLE, 2003, p.75, 76).

Nesse exercício de elogios à vida marcada pela produção industrial como otimização da perfeição Tocqueville destacou, também, o seguinte: “Agora observemos com mais atenção as vilas: examinaremos os registros das paróquias, e iremos descobrir, com indescritível espanto, que um sexto dos habitantes deste reino florescente vive às custas da caridade pública”. (TOCQUEVILLE, 2003, p.76-77). Deparou-se com a pobreza gestada pela ordem produtiva capitalista. Se esta constatação alimentou toda uma crítica do autor no traçado da ação do Estado na caridade pública alguns parágrafos acima, no mesmo ensaio Tocqueville já tinha argumentado sobre a sociedade industrial:

Os países que parecem ser os mais pobres são aqueles que, na realidade têm menos indigentes, enquanto que, entre os povos mais admirados por sua opulência, parte da população é obrigada a contar com doações de outros para poder viver (TOCQUEVILLE, 2003, p. 75 -76).

Para Tocqueville a indústria traduzia a operacionalização prática da proliferação e da diversificação das necessidades humanas. O homem é criador de necessidades e é também criador de indústrias para satisfazê-las. Entretanto, nas suas viagens ao exterior principalmente na Inglaterra, Tocqueville no limite do fato observou também que quanto mais industrializada e mais esplêndida a sociedade, mais abrangente se tornava seu pauperismo, com o número de indigentes sendo, por exemplo, mais alto na Inglaterra do que na Península Ibérica:

Mas, se voltarmos à Espanha ou até Portugal, teremos uma visão totalmente diferente. Veremos em cada canto uma população ignorante e rude, mal alimentada, mal vestida e vivendo no meio de uma zona rural cultivada pela metade e em habitações miseráveis. Em Portugal, no entanto, o número de indigentes é insignificante M. de Villeneuve estima que este reino contém um indigente para cada vinte e cinco habitantes. Antes disso, o famoso geógrafo Balbi nos deu a estimativa de um indigente para cada noventa e oito habitantes (TOCQUEVILLE, 2003, p. 76 -77).

Como se pode ler Tocqueville soube retratar a sociedade que observou, o objetivo aqui é buscar entender como Tocqueville analisou, numa sociedade já industrializada, pelo terreno da filosofia a questão não só da riqueza, mas, sobretudo, a da pobreza. Fazê-lo é buscar a própria explicação que o pensamento liberal, na figura de um de seus mais eminentes representantes, deu ao exercício do trabalho produtor da pobreza na contrapartida da riqueza burguesa.

Entende-se que na ordenação teórica desta explicação, e de outras, impõe-se, como princípio maior explicativo da vida, o ideal de liberdade individual; em outras palavras, o “norte” da filosofia política moderna, que, para Tocqueville, afirmava, sobretudo, uma formatação ética da doutrina do interesse próprio associado à prosperidade da atividade privada com uma ordenação salutar do Estado - uma defesa já traçada em *A Democracia na América*, como mostra Penna:

Ele [Tocqueville] retomaria o problema, de uma maneira mais ampla, na última parte de seu livro, depois de examinar dois problemas mais específicos que também poderiam ameaçar as novas sociedades: o nascimento de uma aristocracia criada pela indústria de larga escala e o perigo dentro do próprio coração da democracia - a presença de um exército. A evolução em direção à igualdade de condições como Tocqueville concebia, melhorou o destino do agricultor e do trabalhador, e os levou à condição de partes contratantes livres para o latifundiário e o empresário. Ainda assim, na Inglaterra, particularmente em Manchester, ele havia visto fábricas onde trabalhavam centenas de empregados e nas quais a distância entre o proprietário e seus trabalhadores havia, na verdade, aumentado. Em seu *Democracia na América*, Tocqueville oferece uma explicação para este fenômeno, que está de mãos dadas com a maior produção de bens industriais e a menor de produtos agrícolas na produção total do país (TOCQUEVILLE, 2003, p. 14 -15).

Coerente com sua concepção de história, o pensador normando tinha consigo que a pobreza era um efeito passageiro no processo civilizatório. No Ensaio Sobre a Pobreza em questão Tocqueville ensinou que o fenômeno da pobreza deve ser analisado dentro da própria estrutura do processo civilizatório, ligado à tendência humana de buscar a perfeição. Partindo assim de um dos princípios basilares do Iluminismo, a perfectibilidade, o pensamento do autor,

reproduzido abaixo por Jardim – um de seus biógrafos – justificou a desigualdade como algo histórico ligado a uma fase da evolução. Defendeu que a igualdade se mostra objetivada “apenas nos dois pólos históricos da civilização”: Citando Jardim:

Se observarmos com atenção o que aconteceu com o mundo desde o começo das sociedades, é fácil perceber que a igualdade existe apenas nos pólos históricos da civilização. Selvagens são iguais porque são igualmente fracos e ignorantes. Homens muito civilizados podem todos tornar-se iguais porque todos têm a seu dispor meios similares de obter conforto e felicidade. Entre estes dois extremos, encontra-se uma desigualdade de condições, riquezas e conhecimento – de um lado, o poder de alguns poucos, e, do outro, a pobreza, a ignorância e a debilidade de todo resto. Foi no momento em que os homens deixaram a selva para lidar com a agricultura em que os homens começaram a possuir a terra, que a desigualdade e as batalhas pela posse de terras apareceram e – Tocqueville viu um exemplo disto na conquista do Império Romano pelos bárbaros, conquista esta que criou a sociedade feudal, a qual idealizou a desigualdade (JARDIM, 1988, p. 242, apud TOCQUEVILLE, 2003, p.12).

Existe aqui uma grande aproximação ao grande pensador Rousseau, principalmente do seu texto *Discours sur l'origine de l'inégalité parmi les hommes*.²¹ Uma análise semelhante pode ser encontrada na segunda parte de *A Democracia na América*.

²¹ Discursos Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade Entre os Homens. Nas páginas preliminares, Rousseau formula com precisão o problema de que irá tratar. Distingue duas espécies de desigualdade: a desigualdade natural ou física e a desigualdade moral e política. Não se trata de procurar a primeira origem ou as relações entre as duas, mas de estudar como se deu a passagem da primeira à segunda. A própria formulação do problema leva Rousseau a tomar posição em relação a questões de método: é necessário alcançar novamente o estado de natureza pelo raciocínio; impõe-se evitar o erro dos filósofos que atribuem aos selvagens sentimentos dos civilizados; tem-se de separar os fatos, pois a história é contrária à natureza; tem-se de respeitar o ensino da religião, que revela ter sido procurada imediatamente por Deus a passagem ao estado social. O problema que subsiste para a filosofia é o seguinte: “O que poderia ter acontecido ao gênero humano se fora abandonado a si mesmo”. Em uma análise sistemática do Discurso, Rousseau, em sua dedicatória, dirige-se à República de Genebra. Rousseau nela descreve o Estado ideal, na forma por que decorre das teses enunciadas no segundo discurso e atribui a origem dessas teses e seu valor ao fato de, na sua mais tenra infância, ter sido formado de acordo com os costumes e as leis da República de Genebra. A) O escritor apresenta as razões pelas quais escolheu a República de Genebra para dedicar-lhe a obra. Felicita-se por ter nascido em Genebra, o Estado mais perfeito possível existente na terra. Se não tivesse a felicidade de lá nascer, as seguintes razões o fariam reconhecer em Genebra o Estado mais perfeito: a) Razões morais: 1) Lá a virtude individual é idêntica à virtude social. 2) Existe uma unidade profunda entre governantes

Sempre no limite da análise moral, Tocqueville levou seus estudos para a questão da caridade pública e da caridade individual, optando sempre pela segunda. É no *Ensaio Sobre a Pobreza*, aqui posto para estudo, que esta questão se expõe formulada e será por nós analisada no item 3.1 deste capítulo.

3.1. A EXPLICAÇÃO DA POBREZA.

Tocqueville tinha 28 anos em 1833 quando escreveu as primeiras linhas do *Ensaio Sobre a Pobreza*. Concluiu este escrito quando voltou de sua segunda viagem à Inglaterra e à Irlanda em 1835.

Entre 1815 e 1848 ocorreram no Mundo Ocidental três ondas revolucionárias de grande importância. Destas três revoluções a de 1830 foi a mais importante, pois marcou o fim das aristocracias e a transição do poder para a “grande burguesia”. Lembramos que o ano de 1830 apresentava algo diferente na política: o aparecimento da classe operária como uma força política autoconsciente e independente, na França e em outros países. Outro fato diferente eram os movimentos nacionalistas, crescentes na Europa. O historiador Hobsbawm assim define este período:

Qualquer que seja o aspecto da vida social que avaliamos, 1830 determina um ponto crítico; de todas as datas 1789 e 1848, o

e os governados. 3) O homem é livre. 4) A autoridade da lei não reconhece exceção para nenhum privilegiado. 5) a anciandade da lei é fiadora de sua adaptação ao povo que, de sua parte, está muito bem adaptado a ela. b) razões políticas: 1) Genebra não possui ambições em relação a seus vizinhos. Seus vizinhos também não possuem nenhuma em relação a ela. 2) O direito de legislação é comum a todos os cidadãos, mas reserva-se aos magistrados o direito de propor as leis. Com isso evitam-se dois erros: o de Roma, que excluía os magistrados do poder legislativo, e o de Atenas, que lhes conferia todo esse poder. c) razões “providenciais”: as amenidades da região e do clima: as riquezas do solo. B) O autor dirige a cada categoria de genebrinos uma dedicatória especial: 1) Aos cidadãos, não deseja fazer a sua felicidade, uma vez que ela já existe, mas sim conservá-la, obedecendo aos magistrados. 2) Aos magistrados dirige elogios devido à felicidade que proporcionam a seus administrados e à consideração com que tratam as classe sociais mais desfavoráveis, das quais fazia parte o pai de Rousseau. 3) Aos pastores da religião, que dão o exemplo do amor ao próximo e à pátria. 4) às mulheres, guardiãs dos costumes e da paz. Conclusão: A República de Genebra oferece a imagem da verdadeira felicidade. A Rousseau basta contemplá-la para sentir-se feliz. (Rousseau, Os Pensadores, Vida e Obra Editora Nova Cultural, p. 07, 08 e 11, 2000 São Paulo-SP).

ano de 1830 é o mais obviamente notável. Ele aparece com igual proeminência na história da industrialização e da urbanização no continente europeu e nos Estados Unidos, na história das migrações humanas, tanto sociais quanto geográficas, e ainda na história das artes e da ideologia. E na Grã-Bretanha e na Europa ocidental em geral, este ano determina o início daquela década de crise no desenvolvimento da nova sociedade que se concluem com a derrota das revoluções de 1848 e com o gigantesco salto econômico depois de 1851. A terceira e maior das ondas revolucionárias, a de 1848, foi o produto desta crise. Quase que simultaneamente, a revolução explodiu e venceu (temporariamente) na França, em toda a Itália, nos Estados alemães, na maior parte do império dos Habsburgos e na Suíça (1847). De forma menos aguda, a intranquilidade também afetou a Espanha, a Dinamarca e a Romênia; de forma esporádica, a Irlanda, a Grécia e a Grã-Bretanha. Nunca houve nada tão próximo da revolução mundial com que sonhavam os insurretos do que esta conflagração espontânea e geral, que conclui a era analisada neste livro. O que em 1789 fora levante de uma só nação era agora, assim parecia “a primavera dos povos” de todo um continente (HOBBSAWM, 2005, p. 162,163).

Como se mostrou no segundo capítulo a ordem que estava sendo gestada neste período aponta para o desenvolvimento da Revolução Industrial. Um processo já iniciado por volta de 1750 e 1760 na Inglaterra, e que agora se estendia para a França, a Bélgica, a Holanda e a Alemanha. Não por acaso que a Inglaterra foi o palco para as observações de Tocqueville sobre a pobreza.

Com o processo de expansão industrial havia no início do século XIX uma grande preocupação com as diferenças sociais que no período de 1830 se intensificaram em virtude do processo industrial incessante.

Tocqueville não foi teoricamente influenciado apenas pelas tendências teóricas presentes. Vindo de uma família aristocrática, aprendera com seu pai experiências administrativas e presenciou neste exercício a forma que o mesmo lidava com a pobreza:

Durante as suas sucessivas experiências de administração municipal, o conde Hervé de Tocqueville interessou-se por equacionar o problema da pobreza, tentando estimular as pessoas carentes a se tornarem pequenos proprietários rurais. É

sabido que na França não havia grandes latifúndios e que desde o século XVIII realizou-se uma verdadeira fragmentação na posse de terras. Isso, no sentir de Aléxis de Tocqueville explica a forma paradoxal, o fenômeno da Revolução: onde há um grande número de pequenos e médios proprietários, as mordomias e privilégios de uma nobreza egoísta e açambarcadora dos cargos públicos tornam-se mais inaceitáveis. Ora para o Conde Hervé, a sorte dos mais pobres melhoraria, eles se tornando, como a grande maioria, pequenos proprietários rurais. Para isso imaginou uma espécie de “banco do povo”, que emprestasse dinheiro a juros baixos, sob penhor. O montante a ser emprestado seria arrecadado dos mais remediados, que já tivessem feito uso do benefício. Não se trataria de um banco estatal, mas de uma espécie de banco cooperativo integrado pelos proprietários. A experiência do Conde Hervé de Tocqueville, ao que tudo indica deu certo, e lhe garantiu a sua sucessiva indicação para os cargos acima mencionados. O Conde deixou escrito um informe de sua experiência, que foi publicado na cidade de Compiègne, em 1838, sob o título de *Du crédit agricole* (VELEZ, 2003, p. 164 -165).

Essa foi a primeira influência que o autor recebeu para desenvolver suas opiniões sobre a pobreza. A segunda “influência” foi de ordem econômica, provavelmente após ter lido a obra de J.B. Say denominada *Cours d'économie politique*, publicada em 1828. No período em que permaneceu na Inglaterra Tocqueville presenciou mudanças que defenderia futuramente, como Deputado²². Em 1833 a Inglaterra aboliu a escravidão em suas colônias, o que só iria acontecer com a França quinze anos mais tarde. Em 1834 o parlamento britânico aprovou a nova Lei dos Pobres (Poor Law),²³ uma lei que, ao contrário do que se esperava, tornou a vida destes lamentável:

²² No período em que esteve na Inglaterra, em sua primeira e segunda viagens àquele país, Tocqueville ainda não tinha sido eleito deputado pelo seu distrito natal, a Normandia, o que só viria a acontecer em 1839.

²³ No tempo da revolução religiosa, no reinado de Henrique VIII, a qual mudou a face do país, quase todas as entidades caritativas do reino foram suprimidas e, já que a riqueza dessas entidades passou aos nobres e não foi de forma alguma distribuída entre a plebe, os pobres permaneceram tão numerosos quanto antes, enquanto os meios anteriormente destinados a eles foram parcialmente destruídos. O número de pobres, portanto, cresceu muito além do esperado, e Elisabete, filha de Henrique, chocada com a espantosa miséria do povo, desejou substituir a assistência aos mendigos, a qual foi substituída, devido à supressão dos conventos, por uma arrecadação anual, fornecida pelos governos locais. Uma lei promulgada no quadragésimo terceiro ano de seu reinado dispunha que em cada paróquia seriam escolhidos supervisores para cuidar dos pobres, e que estes inspetores teriam direito de impor uma taxa de contribuição aos habitantes para alimentar os indigentes incapacitados para o trabalho, bem como providenciar trabalho para os outros. (Tocqueville Aléxis., Ensaio sobre a Pobreza, Tradução de Juliana Lemos Universidade Editora- Rio de Janeiro).

Pela nova lei, as famílias desvalidas eram levadas à força para as *workhouses* (casas de trabalho), apelidadas de a “Bastilha dos pobres”. Nessas verdadeiras prisões as mulheres eram separadas dos maridos e todos usavam uma indumentária de preso. O objetivo era favorecer o recrutamento para a grande indústria, que remunerava conforme sua vontade, e eliminar o sistema de subsídio complementar de salários antes existente, que era pago aos indigentes estabelecidos há pelo menos um ano na paróquia. A antiga lei foi anulada sob a alegação de que favorecia a liberalidade com o vício e a indolência. Além disso, os custos dos subsídios tinham se tornado bastante elevados (TOCQUEVILLE, 2000, p.20).

Na crítica acima Tocqueville não está querendo negar a divisão social que marcou o trabalho Industrial. Sua meta é sempre a busca de uma relação mais justa, mais humana no processo do trabalho que marcou a grande indústria. E mais: para o autor, qualquer proteção que negasse a iniciativa individual estaria em última instância, negaria a liberdade em nome da liberalidade, do vício e da indolência.

Tocqueville encontrou no mundo burguês uma série de paradoxos que muito o incomodou, sustentando sua crítica. Sobre a Inglaterra registrou que ao examinar “os registros das paróquias” descobriu com um “indescritível espanto que um sexto desses habitantes desses reinos florescentes vivem às custas da caridade pública”; ao mesmo tempo Tocqueville registrou que a Espanha ou mesmo Portugal (países mais pobres na rota do capitalismo) havia “em cada canto uma população ignorante e rude mal alimentada, mal vestida e vivendo no meio de uma zona rural cultivada pela metade em habitações miseráveis”. Não só entre reinos diferentes mas dentro de um mesmo reino a diferença entre os homens estava sempre presente. Veremos que de um lado, existem aqueles que vivem no conforto e do outro aqueles que precisam de fundos públicos para viver, registrou enfático, que “ambos crescem proporcionalmente” Na França para ele “a média de indigentes é de um pobre para 20 habitantes. Mas notava-se grandes diferenças entre as grandes partes do mesmo reino” (TOCQUEVILLE, 2003, p. 77).

Tocqueville entendeu que o fenômeno, da divergência social entre os homens tem várias causas. Para explicá-las buscou “percorrer o caminho traçado pela humanidade até os nossos dias” No princípio os homens tinham “poucos desejos e poucas necessidades, a não ser aquelas análogas às dos animais” (TOCQUEVILLE 2003, p. 78). Nesta etapa “enquanto nômades e caçadores a desigualdade não se havia insinuado entre os homens de forma permanente”. Quando os homens tornaram-se lavradores “a propriedade privada é criada e com ela surge o elemento mais ativo do progresso” (TOCQUEVILLE 2003, p. 79). Tocqueville continuou:

[...] no entanto a partir do momento em que a propriedade de terras foi reconhecida, é que os homens converteram várias florestas em área de plantio férteis e pastos ricos, surgiram os indivíduos que acumulavam mais terras do que o necessário para a alimentação e assim perpetuavam a propriedade nas mãos de seus descendentes (Idem, Ibidem, p. 79).

E de forma contundente “a partir daí, surge a abundância; junto com o supérfluo surge o gosto por outros prazeres além da satisfação das necessidades físicas mais ordinárias” (Idem, Ibidem, p. 79). E mais: “enquanto alguns homens já estão familiarizados com a arte de concentrar — nas mãos de uma pequena minoria — riqueza, poder, e quase todos os prazeres intelectuais e materiais da vida” (Idem, Ibidem, p. 79) O autor observou que “a multidão ainda meio selvagem permanece alheia ao segredo da difusão do conforto e da liberdade entre todos” (Idem, Ibidem, p. 79). Na explicação de Tocqueville a igualdade e a desigualdade são fenômenos gestados no traçado da vida humana.

Tocqueville acreditou na possibilidade da eliminação das diferenças de classes no próprio processo capitalista. A meta de um almejado bem estar para todos estaria traçada como vocação da própria classe industrial apontando para a utopia burguesa. Como escreveu o autor:

A classe industrial, que tanto assegura o bem-estar dos outros, está portanto muito exposta a males repentinos e irremediáveis. Na constituição geral das sociedades humanas, considero que a classe industrial recebeu de

Deus uma missão a um tempo perigosa e especial: assegura o bem-estar material de todos os outros, por sua conta e risco. O movimento natural e inevitável da civilização tende a aumentar cada vez mais o tamanho desta classe. A cada ano, as necessidades multiplicam-se e se diversificam e com elas, cresce o número de indivíduos que esperam alcançar um conforto maior ao trabalhar para satisfazer estas novas necessidades, ao invés de ocupar-se com a agricultura. Os políticos de hoje fariam muito bem se levassem esse fato em consideração (TOCQUEVILLE, 2003, p. 87).

E ainda sobre o fenômeno da pobreza:

[...] Quanto mais próspera uma sociedade, mais diversificadas e mais duráveis tornam-se suas fontes de prazer, e mais elas simulam necessidade verdadeira através do hábito e da imitação. O homem civilizado está, portanto, infinitamente mais exposto às vicissitudes do destino do que o homem selvagem. O que acontece com o segundo, apenas de tempos em tempos e em determinadas circunstâncias, ocorre de forma regular com o primeiro. Junto com esta infinidade de prazeres, ele expandiu a variedade de necessidades, o que o deixa mais vulnerável aos perigos do destino. Assim, os pobres ingleses parecem mais ricos do que os pobres franceses, e os franceses parecem ricos aos olhos dos pobres espanhóis. O francês jamais possuiu aquilo que faz falta ao inglês. E assim por diante, à medida que descemos pela escala social. Entre os povos muitos civilizados, a falta de uma infinidade de coisas causa pobreza; em um estágio selvagem, a pobre apenas em não se encontrar algo para comer (Idem, Ibidem, p. 87- 88).

A pobreza e a riqueza consolidam, para o autor, um “movimento duplo” natural na evolução apoio a civilização. Assim entendendo, finalizou Tocqueville; “Devemos, pois, descobrir os meios de atenuar os males inevitáveis, os quais já se manifestam” (Idem, Ibidem, p. 89).

3.2. A CRÍTICA AO PRINCÍPIO ÉTICO DA CARIDADE PÚBLICA

Quando Tocqueville se propôs a escrever sobre a questão da pobreza na sociedade de seu tempo como se mostrou no item 3.1, o autor, no tecer de suas reflexões sobre as desigualdades que marcam a sociedade pautada na grande indústria não se propôs a negar a sociedade capitalista mas a defender, nela o progresso humano.

A problemática central de Tocqueville na defesa do progresso social e/ou do progresso humano como fonte do próprio progresso social é uma questão que conduziu seu raciocínio para a esfera política, ou melhor, para uma defesa de uma ética gestadora da vida como exercício democrático. O autor escreveu e fez política nesta direção. Trata-se de uma questão que já ocupou a cabeça de autores como, Montesquieu²⁴ e Benjamin Constant²⁵. Se, por exemplo, como defendeu Montesquieu, na monarquia liberal (grandes Estados cujo princípio maior é a honra) a desigualdade social é uma condição e garantia da liberdade, para Tocqueville, a democracia dos modernos não pode se fundamentar no pensamento de Montesquieu que embasa a existência da mesma na distinção das classes e dos Estados. Como registrou Aron:

[...] Escrevendo depois da revolução, Tocqueville não pode conceber que a liberdade dos modernos tenha como fundamento e garantia a desigualdade das condições, desigualdade cujos fundamentos intelectuais e sociais desapareceram. Seria insensato querer restaurar a autoridade e os privilégios de uma aristocracia que fora destruída pela Revolução (ARON, 2002, p.323)

A tese central do autor nos parece, assim se revelar: a liberdade dos homens, fundamental à vida democrática, não pode se fundamentar na desigualdade. Sua base filosófica é o princípio ontológico da igualdade, ou ainda, a própria materialidade democrática de igualdade de condições objetivada por uma estrutura de sociedade que ele acreditou existir na América.

²⁴ Montesquie (1689-1755. Filósofo francês autor dentre outros de *Do Espírito das Leis*.

²⁵ Benjamin Constant. (1767-1830) Filósofo francês autor dentre outros de *De la Liberté Chez lês Modernes*

Numa grande síntese pode-se dizer que por democracia o autor traduziu a necessidade humana de entendimento e vivência da liberdade por todos. Nesta defesa buscou educar os franceses em outras palavras: liberdade individual e igualdade social enquanto conquista dessa liberdade como possibilidade comum para todos os homens.

Nesse exercício de afetivação da liberdade como própria condição humana, como já escreveu Velez:

Três pontos saltam à vista na ética intelectual tocquevilliana: em primeiro lugar, a fundamentação das suas convicções morais no cristianismo, do qual o nosso autor tira o princípio fundamental de que todos os seres humanos possuem a mesma dignidade e, portanto, podem aspirar aos benefícios da liberdade. Em segundo lugar, a solidariedade com os seus concidadãos, que correm perigo de cair em mãos do despotismo, em lugar de conquistar a almejada liberdade. Em terceiro lugar, o dever de testemunhar a verdade histórica que o nosso autor descobriu na sua viagem à América. Essa verdade histórica resume-se na seguinte afirmação: a liberdade democrática é possível! (VELEZ. 2003, p.168-169).

Já na obra *A Democracia na América de 1835*, Tocqueville registrou um traçado dos fundamentos sobre a teoria da igualdade entre os homens:

Todos os grandes escritores da Antiguidade faziam a parte da aristocracia dos senhores, ou pelo menos viam essa aristocracia estabelecida sem contestação ante os seus olhos; o seu espírito, depois de se haver expandido em várias direções, achou-se, pois limitado por aquela e foi preciso que Jesus Cristo viesse à terra para fazer compreender que todos os membros da espécie humana eram naturalmente semelhantes e iguais (TOCQUEVILLE DA Primeira Parte do livro II cp.03.p329, parágrafo 12).

Em obra publicada em 1689, portanto, no centro da Revolução Gloriosa ocorrida na Inglaterra Locke (1688-1689) filósofo e teórico comprometido com esta Revolução, observou, citando obra de Richard Hooker intitulada *Política Eclesiástico*, que este autor “considera as igualdades dos homens por natureza tão evidente por si mesma e acima de qualquer dúvida que a torna o fundamento da obrigação ao amor mútuo entre os homens na qual faz assentar

os deveres que estes têm uns com os outros, e de da qual deriva as grandiosas máximas da justiça e da caridade (LOCKE, 1998, p.383)²⁶”.

Por outro lado é conhecida a explicação de Tocqueville de que o despotismo na contramão da liberdade e da solidariedade como um sentimento natural dos os homens. Não é outra a preocupação do autor na conhecida passagem de seu discurso na câmara dos deputados em 1848, ou ainda na conclusão de sua obra *Memorie Sur Le Paupérisme*:

No entanto, estou profundamente convencido de que qualquer sistema administrativo regular e permanente, cujo o objetivo é atender as necessidades dos pobres, poderá criar mais miséria do que curá-las, poderá depravar a população a qual queria socorrer e, com o tempo, irá reduzir os pobres a nada mais que arrendatários dos ricos, retardar o desenvolvimento do comércio, entorpecer a industria e atividade humana, e culminar com o surgimento de uma revolução violenta no Estado, quando a quantidade daqueles que recebem auxilio à pobreza torna-se tão grande quanto o número dos que concedem, e os indigentes, não mais podendo obter dos ricos empobrecidos os meios de sanar suas próprias necessidades, irão achar mais fácil saqueá-los de toda sua propriedade em um único golpe, em vez de pedir-lhes ajuda (TOCQUEVILLE, 2003, p.110).

Ao discorrer sobre a problemática da pobreza Tocqueville nunca descartou os princípios filosóficos adotados e buscou explicar tendo por base suas viagens a Inglaterra que a mesma no terreno da Grande Indústria ou seja do desenvolvimento de condições econômicas que criaram condições históricas para permitir à maioria de seu povo a vivência de uma existência segura e confortável no mundo industrial. Nos registros de Tocqueville apenas um sexto

²⁶ Locke cita ainda do próprio Hooker “O mesmo impulso natural levou os homens a conhecer que é seu dever amar aos outros não menos que a si mesmos, por verem que tudo quanto é igual deve ter a mesma medida: se não posso senão desejar receber o bem, tanto de todos os homens quanto qualquer um possa desejar para sua própria alma, como poderia eu procurar ter qualquer parte de meu desejo assim satisfeita, a menos que eu mesmo tivesse o cuidado de satisfazer o mesmo desejo, que esta sem duvida em outros homens, sendo todos de uma única e mesma natureza? Fazer que lhes seja oferecida qualquer coisa que repugne a esse seu desejo deve necessariamente, sob todos os aspectos, afligi-los tanto quanto a mim; de modo que, se pratico o mal, devo esperar sofrer, por não haver razão alguma para que outros demonstrem por mim maior medida de amor do que recebem de mim; logo, o meu desejo de ser amado por meus iguais em natureza, tanto quanto possível seja, impõe-me um dever natural de demonstrar por eles plenamente a mesma afeição; dessa relação de igualdade entre nós mesmos e eles, que são como nós nenhum, homem ignora as diversas regras e princípios que a razão natural estabeleceu para a direção da Vida. (HOOKER. R. apud, LOCKE, 1998, p. 383 -384)

da população inglesa se colocava distante do consumo que a sociedade oferecia, ou seja, era marginalizada pela pobreza para Tocqueville não só a produção da pobreza, mas seu próprio tratamento como caridade pública devem ser estudados como questões historicamente apresentadas:

O progresso da civilização não apenas expõe os homens a muitas infelicidades inéditas: ele também faz com que a sociedade amenize as misérias que são totalmente desconhecidas nas sociedades menos civilizadas. Em um país onde a maioria tem vestimentas ruins, habitações de má qualidade, pouco alimento, quem pensaria em dar roupas limpas, comida saudável e habitação confortável aos pobres? (TOCQUEVILLE, 2003, p. 88).

Tocqueville procurando apontar soluções para a questão da pobreza, opôs-se ao tratamento da pobreza pelo Estado na forma de caridade pública. Pela lei dos pobres aprovada na Inglaterra aprovada na Inglaterra em 1834 todo cidadão inglês deveria recolher impostos a fim de permitir esse assistencialismo do estado nas palavras de Tocqueville:

À primeira vista, não há idéia que nos pareça mais bonita e grandiosa do que a da caridade pública. A sociedade está constantemente se examinando, checando suas próprias feridas e esforçando-se para curá-las. Ao mesmo tempo que a sociedade assegura aos ricos o desfrute de suas riquezas, ela defende os pobres contra a miséria excessiva. Ela pede a alguns que dêem parte de seus excedentes de forma a permitir que outros tenham suas necessidades básicas atendidas. Esta é com certeza, uma visão comvente e elevada da sociedade (TOCQUEVILLE, 2003, p. 90).

Para Tocqueville, por melhor que fossem as intenções contidas na legislação dos pobres, a defesa da caridade pública se impunha carregada de erros. A insatisfação que autor nutria pela caridade pública posta em prática na Inglaterra e depois aplicada na França o levou a entrar no debate desta causa. Partindo do princípio que os homens possuem uma tendência natural para a ociosidade, Tocqueville, enfatizou que o trabalho é o contraposto da ociosidade. Ao mesmo tempo, salientou que o trabalho só pode ser feito mediante uma motivação que se fizesse presente nos homens.

Empiricamente, para ele, existem duas motivações para o desenvolvimento da motivação ao trabalho: a primeira é de ordem puramente à sobrevivência, e a segunda, de caráter de busca de melhoria da vida. Tocqueville priorizou a segunda sobre a primeira e observou que no mundo da indústria apenas a maioria dos homens, ainda, trabalhava pela sua sobrevivência. Estava ele a falar da classe trabalhadora. A sua luta é pela evolução humana pressupõe a superação das classes sociais no seio da própria sociedade capitalista. A vontade (motivação pessoal) para o trabalho para a liberdade de trabalho era algo fundamental na sua exposição teórica. Partindo desse raciocínio Tocqueville opôs-se à legitimação da caridade pública como algo a ser exercido pelo Estado. Aqui Tocqueville foi um intelectual defensor da liberdade como estado de direito igual para todos.

Exatamente por preservar o direito como um traçado humano ele teceu, no terreno da filosofia política, toda uma crítica a um direito específico que a legislação vinha impondo à vida em sociedade: o direito dos pobres de obterem ajuda da sociedade. Este direito, para o liberal Tocqueville, degradava a natureza humana. A citação abaixo é esclarecedora desta sua explicação de que a ajuda do Estado degrada o ser:

Não existe nada que, falando de forma generalizada, mais eleve o espírito humano do que a idéia dos direitos. Existe algo de grandioso e enérgico na idéia que acaba por eliminar de todos os pedidos o seu caráter suplicante, e coloca aquele que o requer no mesmo nível daquele que o concede. Mas o direito dos pobres de obter a ajuda da sociedade é peculiar, já que, ao invés de elevar o coração do homem que o exerce, ele o degrada. Nos países onde a legislação não permite recorrer à ajuda pública, o homem pobre, ao voltar-se para a caridade individual, reconhece, de fato, sua condição de inferioridade em relação ao restante de seus semelhantes; mas ele a reconhece em seu íntimo, de forma temporária. Desde o momento em que um indigente é inscrito na lista de pobres de sua paróquia, ele certamente poderá exigir a caridade pública; mas qual seria o alcance deste direito senão uma autêntica manifestação da miséria, da fraqueza, e da má conduta por parte de quem o revoga? Direitos ordinários são concedidos aos homens devido a alguma vantagem pessoal adquirida por eles em relação a seus semelhantes, enquanto o direito à caridade pública é concedido devido a uma inferioridade reconhecida. Os primeiros destacam essa vantagem, o segundo torna pública a inferioridade, e a legitima. Quanto mais abrangentes e mais garantidos forem os

direitos comuns, mais honra conferem a quem os detêm; quanto mais permanente e abrangente for o direito à caridade pública mais degradante será (TOCQUEVILLE, 2003, p.98).

Vai se revelando assim para Tocqueville a própria idéia da liberdade. A parcela da sociedade industrializada mais ativa e mais generosa, que paga os impostos destinados à manutenção da caridade pública, reclama desta doação, pois, em seu entendimento, os que trabalham disponibilizam os meios de subsistência aos que nada fazem, e os que recebem esta doação não a valorizam e o benefício que recebem não faz despertar as suas virtudes. O pobre que recebe qualquer benefício mediante a caridade pública, no olhar de nosso autor, apenas verá esse benefício como um direito; não procurará se esforçar para melhorar sua vida, pois possui garantia de sobrevivência amparada pelas leis. Após revelar as suas opiniões contrárias à legalização e aplicação da caridade pública Tocqueville procura extrair o que considera importante e benévolo nesta prática. Como podemos observar:

Admito que, ao regulamentarmos o auxílio estatal aos pobres as pessoas caridosas, em associação poderiam dar mais atividade e poder à filantropia. Reconheço não apenas a utilidade, mas também a necessidade da caridade pública aplicada a males inevitáveis, tais como a carência na infância, a decrepitude da velhice, a doença e a insanidade. Até mesmo reconheço sua utilidade temporária em épocas de calamidade pública, a qual por vezes Deus deixa cair sobre nós proclamando às nações sua ira. Assim a ajuda estatal aos pobres seria tão espontânea quanto imprevista, tão temporária quanto os próprios males que busca remediar. Compreendo até mesmo o tipo de caridade pública que dá educação gratuita aos filhos dos pobres e à inteligência os meios de suprir as necessidades físicas através do trabalho (TOCQUEVILLE, 2003, p. 109 -110).

Para o autor dar, proteção do Estado aos indigentes não só consolidaria um processo de negação da natureza humana, mas estaria a sociedade a produzir homens perigosos e saqueadores da propriedade privada.

Para Tocqueville a pobreza não é uma questão do capitalismo, mas uma questão do indivíduo que não sabe comportar-se como ser de liberdade. O que

é importante saber é que, segundo Tocqueville, essa caridade pública assistencial, que parece carregada de uma suposta virtude, pois fornece apenas um alívio momentâneo para o sofrimento individual.

3.3 A DEFESA DO PRINCÍPIO ÉTICO COMO FUNDAMENTO DA MORAL DA VIDA UNIVERSAL.

Há que se pensar que essa desigualdade, na época em que Tocqueville escreveu seu ensaio, estava começando a ser estudada por várias correntes teóricas. As reflexões existentes nesse período a respeito da origem e das causas de tal fenômeno só foram mais esclarecidas em período posterior. Marx, em sua obra “O Capital”, explica de forma científica toda a dinâmica de acumulação de capital e as suas conseqüências na divisão social do trabalho. Assim ensina esse filósofo:

Essa acumulação primitiva desempenha na economia política um papel análogo ao do pecado original na teologia. Adão mordeu a maçã e, por isso, o pecado contaminou a humanidade inteira. Pretende-se aqui explicar a origem da acumulação por meio de uma história ocorrida em passado distante. Havia outrora, em tempos muito remotos, duas espécies de gente: uma elite laboriosa e inteligente e sobretudo econômica, e uma população constituída de vadios, trapalhões que gastavam mais do que tinham. A lenda teológica conta-nos que o homem foi condenado a comer o pão com o suor do próprio rosto. Mas a lenda econômica explica-nos o motivo por que existem pessoas que escapam a esse mandamento divino. Aconteceu que a elite foi acumulando riquezas, e a população vadia ficou finalmente sem ter outra coisa para vender além da própria pele. Temos aí o pecado original da economia. Por cauda dele, a grande massa é pobre e apesar de se esfalfar, só tem para vender a própria força de trabalho, enquanto cresce continuamente a riqueza de poucos, embora esses poucos tenham parado de trabalhar há muito tempo (MARX, 2003, p. 827)

Marx, pela dialética da contradição, retira o véu que cobre a ideologia liberal, mostrando que os meios para a acumulação primitiva nada têm de poético. Continua o autor:

Marcam época, na história da acumulação primitiva, todas as transformações que servem de alavanca à classe capitalista em formação, sobretudo aqueles deslocamentos de grandes massas humanas, súbita e violentamente privadas de seu meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como levas de proletários destituídas de direitos. A expropriação do produtor rural, do camponês, que fica assim privado de suas terras, constitui a base de todo o processo. A história dessa expropriação assume matizes diversos nos diferentes países, percorre várias fases em seqüência diversa e em fases históricas diferentes. Encontramos sua forma clássica na Inglaterra que por isso nos servirá de exemplo (MARX, 2003, p. 829 - 830).

Voltando ao pensamento toquevilliano na questão do estudo da pobreza é preciso não esquecer que suas observações foram feitas na Inglaterra, país onde se iniciou a Revolução Industrial. Na qualidade de viajante, ou quando suas observações foram feitas, a Inglaterra era o país que mais tinha desenvolvido recursos econômicos permitindo que a maioria de seus cidadãos tivesse uma vida prazerosa e segura.

Tocqueville não negou a caridade. Antes ele foi entendendo que esta ao acontecer não eliminava de forma pejorativa a dignidade humana. No caso do seu exercício a caridade individual era a forma social mais indicada. Assim o autor valorizou e defendeu o princípio moral da beneficência.²⁷

Segundo o autor este tipo de beneficência devia ser aplicado universalmente e as suas conseqüências estarem de acordo com a boa moral. Para ele tratava-se de uma “virtude humana e sensata”:

Obviamente não quero por em julgamento a beneficência, uma das mais belas e sagradas virtudes. Mas penso que não existe nenhum princípio, por melhor que seja, cujas conseqüências possam ser todas consideradas benéficas. Ela deveria ser uma virtude humana e sensata, não uma inclinação fraca e irresponsável. É necessário fazer aquilo que mais agrada ao doador; fazer o melhor atende as necessidades da maioria, e não o que é a salvação de poucos. Apenas desta forma posso conceber a benevolência. Qualquer outra forma seria a representação de um instinto ainda sublime, mas não mais me

²⁷Beneficência: Segundo Aúrelio Buarque Ferreira de Holanda, (1975, p.198) trata-se de “ato, hábito ou virtude de fazer o bem. Caridade, filantropia”.

parece digna de receber o nome de virtude (TOCQUEVILLE, 2003, p. 109).

A favor da filantropia Tocqueville reconheceu que a caridade individual quase sempre produzia bons resultados sociais, ela combatia as maiores misérias, procurava detectar os infortúnios sem fazer alaridos e, pela sua forma espontânea e silenciosa, reparava os danos causados pela pobreza. Assim em suas palavras ele a definiu:

Ela (a caridade individual) existe onde quer que aja infelicidades que devem ser reparadas. Ela cresce junto com o sofrimento. E ainda assim nela não se pode confiar cegamente, porque muitos imprevistos podem atrasar ou deter o seu funcionamento. Não se pode estar certo de sempre poder encontrá-la, e ela nem sempre atende a todo e qualquer grito de dor (TOCQUEVILLE, 2003, p. 109).

Tocqueville não teve posições fechadas em favor da caridade. Chega a afirmar que melhor seria preveni-las. A manutenção da população, no campo poderia contribuir nesta prevenção? Homem atento levantou várias questões. Era preciso tratar a pobreza como uma questão mais geral que ela mesma:

O que devemos então fazer? Em que direção devemos olhar? Como mitigar os males que podemos antecipar, mas não curar? Até agora examinei a abordagem financeira do problema da pobreza. Mas seria esta a única abordagem? Depois de considerar curar males, não seria útil tentar preveni-los? Existiria uma maneira de impedir o deslocamento da população de forma que não abandone o campo e venha para a indústria na cidade antes que tenha esta a capacidade de suprir suas necessidades? Poderia a riqueza total de uma nação continuar a crescer sem que uma parte dos trabalhadores amaldiçoe a prosperidade que eles mesmos produzem? Seria possível estabelecer uma relação mais exata e constante entre a produção e o consumo de bens manufaturados? Seria possível ajudar as classes trabalhadoras a poupar o fruto de seu trabalho, o que lhes permitiria esperar uma reviravolta em sua sorte em épocas de calamidades, sem que pereçam? Nesse ponto meus horizontes se ampliam-se, e cresce meu objeto de estudo. Vejo um caminho abrir-se, o qual não posso seguir no momento. O presente ensaio, muito em breve para o assunto a que me dedico, já excede os limites do que me havia estabelecido. As medidas pelas quais se pode esperar combater a pobreza de forma preventiva farão o objeto de um segundo trabalho, o qual

espero respeitosamente submeter no próximo ano à Sociedade Acadêmica de Cherbourg (TOCQUEVILLE, 2003 p. 111, 112).

De forma austera o autor deixou registrado a necessidade de novos estudos sobre o combate da pobreza de forma preventiva, esse estudo que Tocqueville se referiu nunca surgiu, e supunha-se que não tinha sido escrito. Mais tarde nos arquivos de Tocqueville foi achado um manuscrito intitulado *Segundo Trabalho Sobre a Pobreza* de 1837, tinha dezesseis páginas numeradas e cinco páginas de adendos. Esses documentos foram anexados na nova edição das obras completas de Tocqueville, ainda não tivemos acesso a esses textos.

4. POLITICA COLONIAL E ESCRAVIDÃO

Tocqueville produziu obras ainda pouco conhecidas pelos brasileiros; entre as quais se encontra *A Emancipação dos Escravos*, de 1845, que utilizamos como roteiro de estudo. No contexto da época, a maneira como ele lida com a questão da escravidão, buscando aboli-la na França do século XIX, por um lado mostra um homem atento às questões da sociedade, por outro lado, a forma de fazê-lo não é algo descartado da análise filosófica traçada em sua obra anterior: a conhecida *Democracia na América de* (1835). Sua meta política, no terreno da filosofia burguesa, foi sempre a emancipação humana. Ela é o ponto de partida nessas duas obras, distanciadas no século por 10 anos, e aponta para uma dada explicação do homem.

Não está em jogo, para ele, a negação da sociedade voltada para a produção e a troca capitalista, mas sim, a defesa de um ideário alicerçado naquilo que o autor denominou de democracia, neste sentido, a filosofia no plano da “crítica” à sociedade moderna. Uma das teses centrais na obra de Tocqueville é a defesa da liberdade como condutora à igualdade, uma defesa que perpassa a análise da escravidão nas colônias francesas e a própria análise das relações entre os colonos franceses e a França. A filosofia política é o ponto elevado de onde Tocqueville olha a França de sua época e tece certa crítica à economia capitalista, ou melhor: à forma escravagista de produção instalada nas colônias de países europeus capitalistas.

É importante lembrar que quando escreveu sobre a emancipação dos escravos o autor exercia mandato na Câmara de Deputados no Governo Francês. Tocqueville fora eleito deputado pelo seu distrito natal na Normandia, em 1839. Esse cargo político foi mantido até a Revolução de 1848. Conseguiu sua reeleição à Assembléia Constituinte da Segunda Republica e na nova assembléia legislativa de 1849, da qual chegaria a ser vice-presidente. Em junho tornava-se titular do Ministério dos Negócios Estrangeiros, no gabinete de Odilon Barrot, até sua demissão do governo, em 31 de outubro do mesmo ano. De olho nos fatos aqui postos para estudo e como um bom retratista de sua época, Tocqueville nunca perdeu o próprio movimento da história. O tema

da emancipação das colônias formatadas pelo regime da escravidão que acompanhou a gestão do trabalho livre no capitalismo já estava posto à Europa. As questões da emancipação das colônias francesas já tinham sido colocadas em discussão várias vezes na câmara dos deputados e perduraram por alguns anos ainda. Elas seriam resolvidas na França apenas no ano de 1848.

4.1 DA RELAÇÃO DA METRÓPOLE FRANCESA COM AS SUAS COLÔNIAS.

Historicamente, o processo de formação de colônias com regime de trabalho escravo sob o domínio de países europeus não foi um exercício apenas francês, mas um dos traçados da própria economia capitalista em curso. Em meados do século XIX Marx, ao analisar a formatação histórica da sociedade capitalista, escreveu:

O capital mercantil, quando domina, estabelece por toda parte um sistema de pilhagem, e seu desenvolvimento entre os povos comerciais, dos tempos antigos e dos modernos, esta diretamente ligada, ao raptos de escravos, à subjugação de colônias; assim foi em Cartago, Roma e mais tarde com venezianos, portugueses, holandeses e etc (MARX , 1981,p. 381 - 382).

A Europa era carente de mão-de-obra para desenvolver o Novo Mundo, e a África podia suprir a deficiência. Quando se tornou mais lucrativo fornecer escravos às Américas, outras nações, como os portugueses foram em busca de escravos negros no litoral africano. Com todo o seu drama cruel e repulsivo, a escravidão foi apenas um dos muitos padrões comerciais a transpor os oceanos. A lenta construção de um novo sistema comercial mundial, muito mais espalhado do que o primitivo, tornou-se irreversível por volta de 1700. A expansão ficou mais rápida e o comércio com o mundo não-europeu contribuiu cada vez mais para a criação da riqueza européia. O comércio atlântico com as colônias e possessões européias nas Américas foi a parte mais importante desses negócios transoceânicos.

Historicamente, na gênese da sociedade capitalista a França foi uma das nações fundadoras de um grande sistema de colônias com base no trabalho escravo no Novo Mundo, conhecido como as Américas. Politicamente, existia um plano desses, para estabelecer-se através de colônias desde o rio São Lourenço, no Canadá, até o Mississipi, nos Estados Unidos da América, construindo assim um novo império no coração da América do Norte.

A ordenação de colônias subjugadas pelas metrópoles e o trabalho escravo concomitante ao trabalho livre foram fatos objetivos na luta burguesa pela ampliação e ordenação da economia capitalista.

Usando o poder constituído em 1702, a Companhia Francesa na Guiné fechou um contrato com o rei da Espanha para o fornecimento de 38.000 negros por ano. A Inglaterra passou a obter esse direito da França pelo Tratado de Utrecht, de 1743, pelo qual a França perdeu parte de suas colônias para os britânicos. Como bem escreveu Marx sobre o período anterior ao de Tocqueville:

Com o desenvolvimento da produção capitalista durante o período manufatureiro, perdeu a opinião pública europeia o que lhe restara de pudor e de consciência. As nações se jactavam cinicamente com cada ignomínia que lhes servisse para acumular capital (MARX, 2003, p.873).

A análise de Marx ajuda a entender como Tocqueville fecha suas observações no limite do seu próprio país, a França. Embora o teórico alemão aqui citado tenha escrito anos após as observações aqui tratadas, Tocqueville mencionou fatos históricos da primeira parte do século XVIII. Segue abaixo a análise de Marx:

Vejamos por exemplo, os ingênuos anais do comércio, do probo A. Anderson. Aí trombeteia-se como triunfo da sabedoria política ter a Inglaterra, na paz de Utrecht, extorquido dos espanhóis com o tratado de Ansieto, o privilégio de explorar o tráfico negreiro entre a África e as Índias Ocidentais Inglesas. A Inglaterra conseguiu a concessão de fornecer anualmente à América Espanhola, até o ano de 1743, 4.800 negros. Isto servia, ao mesmo tempo, para encobrir sob manto oficial o contrabando britânico. Na base do tráfico negreiro, Liverpool

teve um grande crescimento. O tráfico constituía seu método de acumulação primitiva. E até hoje a “gente respeitável” de Liverpool canta loas ao tráfico negreiro (vide obra do Dr. Aikin, de 1795, já citada), o qual “incentiva até à paixão o espírito de empreendimento comercial, gera famosos marinheiros e traz grandes fortunas”. Liverpool empregava 15 navios no tráfico negreiro, em 1730; 53 em 1751; 74 em 1760; 96 em 1770, e 132, em 1792 (MARX, 2003, p.873).

Tocqueville, já no processo do capitalismo industrial, nunca negou o incentivo burguês ao “espírito de empreendimento comercial”. Foi sempre um de seus ferrenhos defensores. É o pressuposto ideológico liberal do enriquecimento moderno.

Sobre este princípio idealizou e pleiteou negócios justos e vantajosos para a França e suas colônias como o próprio dever-ser da sociedade capitalista. Na construção dessa defesa, traçada no caminho da ética, Tocqueville, um ideólogo do Estado de direito e um nacionalista, entendeu que, por ter a França um governo centralizador, perdia chances de crescimento e bons negócios na ordem capitalista.

Ademais, embora as terras conquistadas oferecessem boas oportunidades, Tocqueville entendeu que os franceses, como nação, não sentiam o mesmo interesse que os ingleses em estender as fronteiras da França. Para ele, os ingleses, com mais espírito empreendedor, foram para fora do país, eram um povo marcado pessoalmente pela “sede do ouro” e foram para as colônias inglesas na forma de um povo colonizador. Tocqueville, nesse ponto, traz uma conhecida passagem, onde cita o excessivo caráter nacionalista do francês, que se nega à aventura como povo colonizador:

Além do mais é muito fácil observar que nosso caráter nacional mistura de modo singular uma certa propensão doméstica com ardores aventureiros, duas características igualmente prejudiciais à colonização. O francês gosta naturalmente dos prazeres tranqüilos; ele ama o lar, a visão do sino paroquial enche-lhe os olhos e as alegrias familiares são-lhe mais caras ao coração do que a qualquer outro homem no mundo. A sede do ouro nunca vem atormentá-lo em meio à mediocridade em que nasceu. O amor pelas riquezas muito raramente absorve a sua existência e sua vida se escoia tranqüilamente na terra que o viu nascer (TOCQUEVILLE, 1994, p.24).

Uma forma de vida condizente mais com o Antigo Regime preocupava, de modo geral, nosso autor. Para ele, os homens que viviam uma vida de “ócio” e ligada à terra-mãe representavam um perigo para sociedade, pois ele via uma linha tênue que separa, no ser, a razão da barbárie. Neste sentido o pensador normando alerta contra o próprio homem francês:

Arrancai-o destes hábitos tranqüilos, estimulai sua imaginação com novos horizontes, transplantai-o para um outro céu, e este mesmo homem se sentirá imediatamente possuído por necessidade insaciável de ações, de emoções violentas, de vicissitudes e de perigos. O mais civilizado dos europeus se tornará o amante apaixonado da vida selvagem. Ele preferirá savanas às ruas das cidades, a caça à agricultura; ele brincará com a existência e viverá sem nenhum futuro (TOCQUEVILLE, 1994, p.24).

Com austeridade o autor afirmou:

É quase impossível convencer a população pobre dos campos a tentar a sorte fora da pátria. O camponês teme menos a miséria no lugar que o viu nascer do que os riscos e os rigores de um exílio longínquo. E, contudo, só com essa espécie de homens é que se pode criar o núcleo de uma boa colônia. Se, com muito sacrifício, ele é levado para outras plagas, é difícil fixá-lo. Nunca o veremos possuído do desejo ardente e obstinado de fazer fortuna que instiga permanentemente o inglês e parece fazer com que todas as fibras do seu espírito converjam para esse único fim. O colono francês só muito lentamente beneficia a terra que lhe foi entregue progride pouco e bem pouco basta para atender suas necessidades. Não raro se deixa seduzir pelos encantos de uma vida ociosa e vagabunda. A este primeiro obstáculo – o nosso caráter nacional – vêm se juntar os que decorrem dos nossos hábitos políticos e das nossas leis (Idem, *Ibidem*, p.25).

Em nome de algo novo para a França, como condição de uma vida justa e rendosa, é que o filósofo francês defendeu a mudança da política em relação às colônias de seu país. O amor excessivo à França era, para Tocqueville, um dos motivos explicativos das causas de as colônias inglesas serem, no processo de gestão social capitalista, mais prósperas do que as francesas.

Para ele, era urgente mudar a forma de pensar a vida dos franceses. Tratou de formatar no país um homem com espírito capitalista, no traçado por ele produzido.

Ferrenho defensor do trabalho livre como fundamento da igualdade, para Tocqueville, algo essencial a todas as nações que fundaram colônias nos continentes inexplorados era a forma de administração. Aqui ele concentrou sua defesa, negando a produção pautada no trabalho escravo.

Administrativamente, os franceses, em relação às colônias e como povo ali dominante, tinham que fornecer os meios de execução do trabalho e da ordem produtiva e política, escolher agentes hábeis e capazes e impor certas leis inquestionáveis e obrigações para com a pátria-mãe. O autor também descreveu outras dificuldades que, para ele, impediam os franceses de possuírem melhores colônias:

Ela [a França] sempre procurou transportar para além-mar princípios de governo e hábitos administrativos que contrariavam a própria natureza das coisas. Já havíamos observado que, enquanto outros países há uma infinidade de homens de talento para dirigir as empresas coloniais, estes são raríssimos entre nós. Quer seja por falta de confiança, quer por ciúme do poder ou, ainda por força do hábito, o fato é que o governo francês sempre fez esforços surpreendentes para manter à frente das colônias o mesmo lugar que ele ocupa à frente do reino. O governo francês queria julgar até aquilo que ignorava, queria regulamentar uma sociedade completamente distinta daquela que tinha sob suas vistas, queria prover necessidades que desconhecia e, para melhor julgar, manter todos os direitos em suspenso. Quis prever tudo antecipadamente e por temor entregar as decisões ao zelo, ou melhor, ao interesse pessoal dos colonos, foi obrigado a examinar tudo, dirigir tudo, obrigado enfim, a cuidar de tudo sozinho. Envolveu-se numa obra imensa e consumiu-se em esforços vãos (TOCQUEVILLE, 1994 p.26 - 27).

Na ordenação da sociedade capitalista, a gênese da estrutura do processo produtivo pautado na escravidão está estreitamente vinculada à organização das colônias, não só como processo de fortalecimento das nações, mas também como forma de trabalho dirigido ao mercado europeu na forma de capital comercial. Nas colônias, a base produtiva do capitalismo acionou, sem

perder a sua essência, antigos regimes de trabalho, dentre eles a busca do escravo negro, no continente africano.

É importante lembrar que neste processo o lucro almejado não pôde se realizar senão com base crescente em mercadorias a serem trocadas, e estas, por sua vez, dependiam da sua produção nas colônias ultramarinas. Nestas formas - trabalho escravo e trabalho livre - só aparentemente contraditórias, a acumulação de capital nos primórdios da sociedade burguesa foi imensa, sobretudo na forma dos meios de produção. A análise de Tocqueville, estabelecida sempre no limite político, culmina na abstração das necessidades essenciais do capital no processo de acumulação e deixa-se levar pelos ideais do Estado de direito e/ou pela ética cristã.

4.2 A DEFESA DA LIBERDADE PARA OS ESCRAVOS.

No item anterior foi discutida a análise de Tocqueville sobre as colônias francesas. No presente item buscou-se estudar a questão, ainda das colônias, do trabalho escravo, ou seja, de como o autor entendeu a escravidão na produção capitalista. Os estudos e debates do filósofo sobre o assunto estão concentrados no relatório apresentado em nome da comissão encarregada de examinar o projeto da Lei de Tracy, referente aos escravos das colônias.

Na prática, os partidos burgueses com quem o deputado dialogava à época em seu país temiam a emancipação dos escravos e lutavam por teorias políticas que justificassem o trabalho escravo.

Tocqueville, na construção dessa defesa, lutou pela emancipação dos escravos. Para o pensador normando, defensor da liberdade e igualdade, a vida dos franceses, marcada por uma passiva exploração do trabalho escravo, acarretou obstáculos tanto para as próprias colônias como para a metrópole. Todo o trabalho nas colônias era executado por mãos escravas, e os donos de escravos, embora distantes da metrópole francesa, eram tidos como “barões”. Mesmo aqueles que não pertenciam à antiga nobreza francesa, pelo fato

serem donos de escravos e terem uma propriedade rural, eram tratados como se fossem nobres, ou melhor, como homens despreocupados com o trabalho concreto. Aqui Tocqueville era favorável aos valores da sociedade moderna e contra os valores do Antigo Regime. Hobsbawm nos ajuda a entender a luta de Tocqueville no século XIX quando ensina que:

A abolição do trabalho não-livre não pode ser analisada simplesmente em termos de cálculo econômico. As forças da sociedade burguesa opunham-se à escravidão e à servidão não apenas porque acreditavam que fossem economicamente indesejáveis, ou por razões morais, mas também porque essas formas pareciam incompatíveis com uma sociedade de mercado baseado na busca livre do interesse individual (HOBBSAWM, 2004, p. 259 - 260).

Fica evidente para Tocqueville que os franceses distantes da França tinham certo orgulho e prestígio nas sociedades das colônias, um *status quo* adquirido desde o período em que a França possuía o território de Louisiana,²⁸ na América do Norte.

Como se percebe, o político Tocqueville estava a enfrentar, na luta pela emancipação dos escravos, uma parte da própria burguesia francesa, inclusive representantes na câmara dos deputados de proprietários de escravos. Para estes franceses, perder de uma hora para outra sua posição de proprietário era perguntar, entre si, se o negro fosse liberto, quem cuidaria de suas roupas e dos serviços mais triviais de suas vidas.

Havia também os colonos pobres e com pouca cultura em relação à classe dos latifundiários, os quais temiam a miséria, pois a sua pequena propriedade era a sua única fonte de renda. Um dos temores da classe escravocrata em relação

²⁸ Batizado de Louisiana em homenagem ao rei Luís XIV, o vasto território, que ia dos montes Apalaches às Montanhas Rochosas, quase não foi ocupado pelos franceses, e tanto a Espanha como a Inglaterra contestaram a reivindicação de La Salle. Mesmo assim a França aproveitou-se de sua iniciativa e estabeleceu, assentamentos ao longo do baixo Mississipi, entre outras a cidade de Nova Orleans, fundada em 1718. Os franceses dali importavam escravos africanos para trabalhar em plantações de arroz, tabaco e outras. Em meados do século 18 a população de Nova Orleans e seus arredores sofreu um grande impulso com a chegada de milhares de acadianos exilados de suas terras na Nova Escócia, alvo de longa disputa entre a Inglaterra e a França, que terminou sob controle inglês após um tratado, em 1713.

à emancipação era a perda das mordomias e da vida de prazeres tranqüilos propiciadas pela exploração do trabalho.

Seis anos antes da publicação da obra *A Emancipação dos Escravos*, nos idos de 1839, através de um relatório apresentado pela comissão encarregada de examinar o projeto de lei de Tracy,²⁹ do qual Tocqueville fora nomeado relator, é que a França legislou sobre a emancipação dos escravos. Tratava-se de um assunto de grande importância, pois na França a questão da abolição da escravatura tornou-se grave: foi dali que se difundiu para o mundo o ideal de igualdade sob o lema: *Egalité, Liberté, Fraternité*. Se as outras nações européias tinham dificuldade em conservar suas colônias e nelas o trabalho escravo, mais difícil ainda seria a preservação da escravidão nas colônias francesas. Não se pode separar Tocqueville desta luta.

O relatório apresentado em nome da comissão examinadora do projeto da Lei de Tracy, elaborado por Tocqueville, aponta os novos rumos que a França deveria tomar em relação à abolição da escravidão em suas colônias. O referido relatório estava pautado em vários documentos, onde se encontravam registradas as experiências inglesas no processo de emancipação de suas colônias. A comissão considerou os meios que deveriam ser empregados para a emancipação, calculou os riscos e concluiu que a França não poderia mais protelar a liberdade dos escravos.

Para Tocqueville, a França chegava à razão na questão da escravidão: [...] A escravidão é destas instituições que duram milhares de anos sem ninguém se dar ao trabalho de se perguntar por que ela existe. Más é quase impossível mantê-la depois que esta pergunta é feita. [...] (TOCQUEVILLE, 1994, p. 34). Para Tocqueville a pressão da “opinião publica” e o próprio “estado das colônias” forçavam a França à emancipação:

²⁹ Tracy Antoine, César, Victor Destutt de, 1781-1864, filho do celebre ideólogo. Foi deputado. Em 6 de junho de 1839 a Câmara dos Deputados examinou o projeto em que Tracy propunha a emancipação progressiva dos escravos. Tocqueville foi nomeado relator da comissão encarregada de examinar o projeto. Seu relatório (Câmara dos Deputados, nº 201, 2ª sessão, 1839) foi publicado, nesse mesmo ano, pela Sociedade para a Abolição da Escravidão. O texto foi reproduzido em 1865 por Beaumont no tomo IX das Obras Completas de Tocqueville.

Quando se observa o que se passa na França parece evidente que, no ponto a que chegou a situação, desde que as Câmaras se ocuparam da questão da emancipação e que segundo a feliz expressão do relator da comissão precedente, *puseram esta questão na ordem do dia*, a administração não poderá por muito mais tempo resistir à pressão da opinião pública e, num prazo bem curto, ela será obrigada a acabar com a escravidão. Por outro lado se considera o estado das colônias, somos levados a concluir que, para o seu próprio bem, a escravidão deve rapidamente chegar a um termo (TOCQUEVILLE, 1994, p. 34).

E continuou o autor: [...] o sentimento de humanidade e a moral cobraram freqüentemente - e às vezes, talvez até com imprudência - a abolição da escravidão. Mas agora é a necessidade política que a impõe [...] (Idem, Ibidem, 1994, p.37).

Homem atento, Tocqueville, como relator do projeto de Lei de Tracy, enfatizava sempre que a emancipação dos escravos na França era uma questão de tempo, pois as tendências históricas da época não deixavam dúvidas e estas tendências traduziam forças suficientes para separar o elo escravocrata entre a colônia e a metrópole. À medida que se aproximava esta mudança na sociedade francesa, paralelamente, como foi dito acima, desenvolvia-se um temor que agitava profundamente a vida dos homens proprietários ligados às idéias escravocratas.

Receava-se que o negro, depois de liberto, deixaria fluir seus sentimentos e mágoas em relação ao seu antigo dono, promovendo baderna, roubos e atos de terrorismo à moda do lado mais violento do Iluminismo vigente no contexto da Revolução Francesa de 1789. Era um fato real que a maioria da população negra nas colônias, voltada ao trabalho escravo, nunca teve a oportunidade de vivenciar um já propagado Estado de direito, marcado pelo trabalho livre. Para Couty, viajante francês que esteve no Brasil no século XIX, constituía uma difícil tarefa adequar o homem negro às virtudes e deveres do homem livre “[...] se é fácil suprimir o escravo, ninguém sabe como organizar o trabalho livre [...]” (COUTY, 1988, p.68).

Para Tocqueville, tratava-se de obstáculos a serem vencidos pela sociedade. Em seu relatório apresentou e discutiu as duas formas encontradas de promover a emancipação dos escravos. Na primeira forma, o escravo só se tornaria livre após uma seqüência de medidas lentas e progressivas, de caráter liberal. Pela segunda forma dar-se-ia liberdade para todos os escravos simultaneamente. Examinadas as alternativas pela comissão, optou-se pela emancipação simultânea, pois esta oferecia menos riscos do que a emancipação gradual.

Por que a comissão optou pela emancipação simultânea, e não pela gradual? Que dificuldades seriam essas? São dificuldades burguesas, e historicamente falando-se, não havia outras. Tocqueville defendia que todas as relações feitas pelos homens são mutáveis, portanto, nenhuma forma de poder deveria ser entendida como dada para sempre. Assim pensava tendo como apoio a Revolução Francesa de 1789:

Pensai, senhores, na antiga monarquia; ela era mais forte que vós, mais forte por sua origem; apoiava-se melhor que vós em antigos costumes, em antigos usos, em antigas crenças; era mais forte que vós e, no entanto caiu no pó (TOCQUEVILLE, 2004, p. 586).

No relatório do qual Tocqueville foi relator a emancipação simultânea tinha algumas vantagens. A primeira seria:

Quando a metrópole --- movida apenas por sua vontade --- concede a independência a todos os escravos, ela pode facilmente, em troca dos novos direitos que lhes conferiu, impor a cada um deles certas obrigações particulares e restritas e, ao mesmo tempo, submeter todos a um regime de transição que o habitue gradualmente a fazer bom uso da liberdade (TOCQUEVILLE, 1994, p. 38).

Não se tratava, aqui, de algo novo, mas de uso da liberdade nos parâmetros do Estado de direito civil já preconizado pela filosofia política, ou seja, levava o escravo ao estado de "homem livre"; neste caso, a mudança, para o relator, é completa e toda a sociedade se modifica ao mesmo tempo, num processo

único de educação do ser. Assim, expôs aos membros da Câmara dos Deputados que se postavam a favor da emancipação gradual e contra a emancipação simultânea:

Quando, ao contrario, pelo concurso de circunstâncias que parecem acidentais, os escravos alcançam um a um a liberdade, as mudanças sociais que se operam escapam a todos. A cada nova emancipação individual a sociedade colonial sofre uma alteração na sua essência, sem que a sua aparência exterior tenha mudado. Os libertos, neste caso. Continuariam a formar uma classe à parte para quem seria necessário criar uma legislação especial, contar com magistrados particulares e um governo de exceção: empresas sempre muito difíceis e freqüentemente perigosas. Parece mais simples e menos traumatizantes deixar vigorar o direito comum. O problema, entretanto, está em que o direito comum numa sociedade escravista não se parece absolutamente com o nosso e seria um grande equívoco pensar o contrário (TOCQUEVILLE, 1994, p.39).

Para Tocqueville, havia ainda um segundo inconveniente para a emancipação, gradual dos escravos:

O sistema de emancipação gradual torna a tarefa social de coagir o liberto ao trabalho ainda mais difícil, visto que ele elimina no emancipado qualquer desejo de trabalhar. Todos os que percorreram países escravistas deram-se conta de que neles a idéia do trabalho esta indissoluvelmente ligada a idéia de servidão. Não se evita o trabalho apenas porque é um sacrifício, mas porque trabalhar é desonroso. A experiência já demonstrou que, em toda parte onde o trabalho compete aos escravos os homens livre ficam ociosos (Idem, Ibidem, 1994, p.40).

Entendeu o autor que, enquanto a emancipação gradual não tivesse terminado, parte dos escravos permaneceria atrelada ao trabalho forçado, enquanto cada escravo que conseguisse a liberdade cairia no ócio, visto que a liberdade seria introduzida muito mais como um mero direito reconhecido do que como um dever de exercer o trabalho livre. Para Tocqueville, era preciso dar ao homem livre a sua essência ontológica de trabalho como um dever e um direito reconhecido pelos homens de razão:

Creio que isto é suficiente para explicar o que se passa nas colônias. Vemos, pelos despachos dos senhores governadores, que dentre os 34 mil escravos que foram emancipados depois de 1830, apenas um pequeníssimo número se dedicou ao trabalho. Nenhum se entregou à agricultura, trabalho particularmente desonroso aos olhos dos negros, porque foi sempre realizado exclusivamente por escravos “Quem não percebe diz o Conselho Privado de Guadalupe, que o passado do trabalho comprometeu o futuro? Quem não percebe a aversão do trabalho livre pela manutenção do trabalho escravo? Finalmente quem não percebe que as duas formas antagônicas do trabalho constitui um obstáculo ao fim que a emancipação deve se propor, isto é reabilitar - pela liberdade - o cultivo da terra que foi desonrado pela escravidão? Ademais à emancipação gradual conduz inevitavelmente à emancipação completa e por um caminho muito curto (TOCQUEVILLE, 1994, p. 41).

Transformar o negro liberto em trabalhador livre era o teor da luta administrativo-pedagógica que Tocqueville alertava não ser tão simples como se imaginava. O filósofo compartilhava a idéia de Couty³⁰ e para ele esta era uma questão primordial. Historicamente, tratava-se de uma mudança política no regime de trabalho, e não de negar o capitalismo já vigente. Era uma luta para dar ao trabalhador do capitalismo uma forma comum de existência: a de homem livre comprometido com o trabalho.

A questão da reorganização do trabalho nas colônias, quando este viesse a ser livre, era importante para a sociedade francesa, pois estava em jogo toda a produção de açúcar das colônias, ou melhor, a forma de produzi-la. Atento a esta situação, Tocqueville, como relator do projeto de Lei de Tracy, pensando diferentemente daqueles que buscavam apenas vantagens imediatas, demonstrou sua preocupação não com as supostas rebeliões dos escravos, mas sim, com a desorganização da produção escravocrata para a organização da produção assalariada, sempre voltada para a instalação de uma economia de mercado. Seu norte econômico, nunca negado, foi a produção burguesa. No campo político, a emancipação das colônias era vista como um progresso:

Não é a morte violenta o que se deve temer da emancipação nas nossas colônias, e sim o seu definhamento gradual e a ruína da sua industria em função da cessação ou diminuição considerável

³⁰ Louis COUTY, *Escravidão no Brasil*. Tradução de M.H.Rounet. Introd. E notas de Kátia M.Mattoso Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988, p.68

do trabalho e alta dos preços. Nós não temos que temer que os negros massacrem os brancos. O que nos temos realmente a recear é que os negros se recusem a trabalhar com eles e para eles ou que se contente, com alguns pequenos esforços passageiros que, sob os céus dos trópicos podem bastar para satisfazer as primeiras necessidades do homem. Este é o único perigo que nós realmente temos que recear. Mas ele é grave e é preciso conjura-lo a qualquer preço, pois a França trabalha para criar sociedades civilizadas e não hordas de selvagens. É preciso que a metrópole depois de ter atuado sobre o colono, no caso das indenizações, atue, por seu turno, sobre o escravo, por meio de uma legislação firme e prudente que primeiramente o familiarize e a seguir, se for necessário, o submeta aos hábitos laboriosos e viris da liberdade (TOCQUEVILLE, 1994, p. 51).

Continuando a expor o relatório, Tocqueville ressaltou a urgência da aprovação da emancipação dos escravos nas colônias antes que ali surgisse uma provável rebelião. Era aquela uma questão da maior gravidade, pois as colônias receberiam apoio externo, principalmente da Inglaterra, ocasionando, assim, sua perda completa.

Geograficamente, a França encontrava-se com suas colônias completamente cercadas de outras onde a escravidão já tinha sido abolida. O autor justifica, ainda, que a abolição da escravidão nas colônias inglesas não era apenas um acidente, e sim, um produto do movimento geral do século; movimento que, segundo o nosso autor, ainda continuava estendendo-se por todas as partes do planeta. Para Tocqueville, tratava-se de uma evolução do espírito, e a França devia seguir na evolução do espírito, promovendo a defesa e a prática da forma de trabalho mais adequada e justa. É assim que o trabalho livre se lhe apresenta. Sua teoria carrega sempre a defesa do interesse humano não subjugado, a fonte da vida, a perfeição da liberdade:

Este grande acontecimento é produto do movimento geral do século, movimento que, graças a Deus, dura mais ainda. Ele é produto do espírito do tempo. As idéias, as paixões, os hábitos de todas as sociedades européias há 50 anos que empurram nessa direção. Desde que, no mundo cristão e civilizado, as raças se confundiram e as classes se aproximaram e se mesclaram entre os homens livres, como pode a instituição da escravidão se manter? Ignoramos ainda por meio de que acidente ela terminará em cada país onde ainda subsiste, mas temos certeza de que ela acabará em todos. Se a escravidão

mantém-se com dificuldade nas colônias que pertencem a povos europeus onde as novas instituições e os novos hábitos não estabeleceram ainda o seu império, como colonos que fazem parte da nação mais livre e mais democrática da Europa podem acreditar em conserva-la? (TOCQUEVILLE, 1994, p.80).

Tocqueville, em diversas falas, desenvolveu o seu raciocínio alertando seus amigos parlamentares para um compromisso da França com os ideais libertários. Basta aqui um exemplo:

As Câmaras, o governo, enfim quase todos os políticos de algum valor já reconheceram solenemente que a escravidão colonial terá que acabar muito em breve. Poderiam eles agora, se retratar? Pode-se voltar atrás depois de ter pronunciado tais palavras, a respeito de semelhante acontecimento? Não é evidente para todos que a idéia da abolição, sempre se origina forçosamente de todas as nossas outras idéias? Não é evidente que enquanto não se fizer a abolição, sempre haverá na França numerosas vozes que a reclamarão, uma opinião pública para aplaudi-la e, muito em breve, um governo que a proclamará? Não há homem sensato e sem preconceito racial que não perceba isto claramente e não se dê conta de que a sociedade colonial vive todos os dias à beira de uma revolução inevitável. A sociedade colonial não tem futuro e, por conseguinte, não tem as condições essenciais da ordem, da prosperidade e do comércio. O escravo murmura contra o uso do grilhão que logo, logo, ele romperá. O que é atualmente a escravidão --- pergunta um dos primeiros magistrados de uma de nossas colônias --- senão um estado de coisas em que o trabalhador trabalha o menos possível para o seu senhor sem que este ouse dizer-lhe nada? Por sua vez, o senhor, sem certeza no amanhã, não ousa mudar nada; reluta em inovar e não introduz nenhuma melhoria. Mal tem coragem de conservar o que existe. As propriedades coloniais perderam seu valor. Ninguém compra aquilo que não vai durar muito. Os proprietários coloniais estão sem recursos e sem crédito, pois quem concordaria em se associar a um destino que se ignora? (Idem, Ibidem, 1994, p. 81).

Mostrando coerentemente a situação das colônias francesas e o perigo iminente de tal situação Tocqueville reclamou dos parlamentares medidas urgentes para que a França fizesse mudanças em seu modelo de administração das colônias e se adaptasse, o mais rápido possível, às novas circunstâncias que o mundo naquele momento exigia:

As dificuldades multiplicam-se todos os dias, a penúria aumenta e o desânimo ganha terreno. Em vez de fazerem enérgicos esforços, os colonos entregam-se cada vez mais a vãs lamentações, a cóleras impotentes e a um desespero improdutivo. A Metrópole, por sua vez, desvia a vista de um espetáculo tão triste e acaba por se persuadir de que não vale a pena conservar tal estabelecimento. É incontestável que as colônias acabarão por se autoconsumir em meio a um status quo tão deplorável. É preciso ainda reconhecer que a menor ação externa precipitaria sua ruína. Nas ilhas inglesas, não apenas o trabalhador é livre como sua remuneração é bem alta. Seu salário eleva-se a quatro, cinco e até oito francos por dia, independentemente das outras vantagens que recebe (TOCQUEVILLE, 1994, p.81).

E mais:

Desde a abolição nas colônias inglesas que os antigos escravos alimentaram uma ligação profunda, quase fanática com a metrópole. Se sobreviesse um ataque estrangeiro é de se esperar que eles se levantariam em massa para repeli-lo. Todo mundo na Inglaterra está de acordo com isto e mesmo aqueles que negam as outras vantagens da emancipação são obrigados a confessá-los. Resulta exatamente o oposto das observações de todos os governadores das nossas colônias, das opiniões, dos conselhos especiais e dos comentários das próprias assembleias coloniais. Todos são unânimes em admitir que, no estado atual, seria muito difícil defender as nossas colônias. Os fatos falam por si: como resistir a um ataque externo que encontraria apoio nos interesses evidentes e nas paixões tantas vezes excitadas da imensa maioria da população? Na Martinica e em Bourbon, a população escrava é o dobro da população livre. Na Guiana, ela é o triplo e, em Guadalupe, quase o quádruplo. O que aconteceria se os regimentos negros das ilhas inglesas desembarcassem nestas colônias e conchassem os nossos escravos à liberdade? A impossibilidade de sustentar, com sucesso, semelhante luta não precisa ser demonstrada. Salta aos olhos que ao primeiro tiro de canhão lançado ao mar, teríamos que efetuar bruscamente uma emancipação necessariamente desastrosa, porque não preparada, ou nos resignarmos a ver nossas possessões serem conquistadas. O que fazer então? Se a paz perdura, o status quo leva a uma ruína gradual, mas certa; se sobrevém a guerra, ele torna inevitável uma catástrofe. O único futuro que espera as colônias é uma existência convulsiva e miserável, uma agonia lenta ou uma morte súbita. Não há político que tenha acompanhado os fatos que não perceba isto com toda evidência, nem quem suponha que no ponto a que chegamos, se possam salvar nossas possessões de além-mar sem realizar nelas uma profunda modificação social. Entre este, no entanto, há um bom número que não quer abolir a escravidão. Por quê? É preciso

atentar bem para a resposta, porque eles acham que as colônias não valem nem tempo, nem dinheiro, nem esforço que custaria semelhante empresa. Nisto, como em muitas outras coisas os colonos fazem-se uma ilusão singular; eles atribuem a uma espécie de ardor colonial as resistências que a abolição desperta no seio das Câmaras e nos Conselhos da Coroa, no que se enganam redondamente. Se tais instituições recusam a abolição é porque têm bem pouco em conta as colônias e preferem deixar morrer o doente do que pagar o remédio. De minha parte, estou convencido de que a crescente indiferença da nação pelas suas possessões tropicais é hoje o maior e, pode-se dizer o único, obstáculo a que a emancipação seja seriamente efetivada. A causa da abolição estará ganha no dia em que o governo e o país estiveram convencidos de que a preservação das colônias é necessária ao poderio e à grandeza da França. Devemos, antes de mais nada dedicarmos-nos a mostrar a verdade. (TOCQUEVILLE, 1994, p. 83 - 84).

Tocqueville, cautelosamente, relata a importância do comércio com as colônias. Expõe uma mudança que está ocorrendo em toda a sociedade e assegura a todos que o comércio, mesmo com as colônias emancipadas, configura-se como um ponto de equilíbrio para se manter a ordem:

Observe-se o espetáculo que hoje oferecem todas as grandes nações da Europa. Em toda parte a classe operária torna-se cada vez mais numerosa. E ela não cresce só em número, mas em potência. As suas necessidades e as suas paixões atuam tão diretamente sobre o bem-estar dos Estados e inclusive sobre a própria existência dos governos que as crises industriais ameaçam transforma-se cada vez mais em crises políticas. O que leva a todas estas perturbações é a instabilidade dos mercados externos. Quando uma grande nação industrial, para escoar seus produtos, depende unicamente dos interesses ou dos caprichos de povos estrangeiros, sua indústria esta permanentemente entregue ao acaso. Não se dá o mesmo quando uma parte considerável do seu comércio externo se faz com as suas colônias. Raramente ocorrem variações muito consideráveis e sobre tudo variações muito bruscas no mercado das nossas colônias. Este comércio está estabelecido em bases que quase nunca mudam e se em certos períodos, o comércio com as colônias é menos considerável do que seria com outros países estrangeiros de qualquer maneira ele tem a vantagem de nunca se interromper bruscamente. O lucro freqüentemente é menor, mas é seguro e a metrópole, embora um pouco menos rica, fica mais tranqüila. Tal é a meu ver a grande vantagem do comércio colonial, vantagem esta que sem dúvida, não deveria ser comprada muito caro, mas que seria injusto menosprezar e extremamente imprudente negligenciar (idem, Ibidem, 1994, p. 85 - 86).

Muitas vezes Tocqueville expôs suas idéias com base em fatos descritos em relatórios; dessa forma buscava bem esclarecer a todos que o ouviam na tribuna, defendendo seus pontos de vista e buscando não deixar margem para que suas idéias não fossem aceitas. Não obstante, ainda persistia entre os membros do parlamento uma questão crucial quanto à emancipação dos escravos: era a questão econômica, que gerava dúvidas no meio francês.

Os franceses, como o restante da Europa, tinham em mente que a questão da libertação dos negros era um ponto que interessava somente ao comércio inglês, pois os ingleses a tinham promovido para prejudicar as colônias de outras nações. Caso a França realizasse tal empreitada, quais seriam, então, as colônias que seriam prejudicadas, visto que todas já não tinham a escravidão? E o mais importante: a França não queria perder, de forma alguma, sua posição na corrida capitalista, presente como uma luta maior que a Nação. Em sua fala Tocqueville fez a seguinte observação aos parlamentares:

É preciso saber ser justo mesmo com os rivais e os adversários. Afirmou-se que a nação inglesa, ao abolir a escravidão, fora movida por seus próprios interesses. Afirmou-se também, que seu único propósito era arruinar as colônias dos outros países para, desse modo, conquistar o monopólio da produção do açúcar para os seus estabelecimentos na Índia. Essas teses não resistem ao menor exame. Nenhuma pessoa razoável poderia crer que a Inglaterra para prejudicar as colônias produtoras de açúcar dos outros países, tivesse começado por arruinar suas próprias colônias, muitas das quais desfrutavam de uma prosperidade extraordinária. Esse teria sido o mais insensato dos maquiavelismos que se podia conceber. Na época em que a abolição foi proclamada, as colônias inglesas produziam 220 milhões de quilos de açúcar, ou seja quase quatro vezes mais do que produziam, na mesma época, as colônias francesas (TOCQUEVILLE, 1994, p. 91).

Quanto à aprovação da emancipação dos escravos Tocqueville, defendendo seu ponto de vista junto aos parlamentares, ergueu a questão de como fora feita a abolição dos escravos nas colônias inglesas. Para ele, a luta pela forma mais perfeita do homem, inclusive no escravo, faz parte da natureza humana. Neste sentido, o progresso era visto pelo autor como algo inexorável e como

um direito inquestionável. Ordenava-se, à moda da filosofia política burguesa, como uma lei de natureza:

Vejamos, entretanto os fatos. Até o momento, a abolição da escravidão nas 19 colônias inglesas não deu lugar a uma única insurreição e não custou a vida de um só homem muito embora, nas colônias inglesas, os negros sejam 12 vezes mais numerosos do que os brancos. Como observa com a justeza o Relatório da comissão dos Negócios Coloniais, o apelo à a liberdade de 800 mil escravos, no mesmo dia e na mesma hora, não causou, nestes dez anos, nem a décima parte dos transtornos que comumente provocam, nas nações mais civilizadas da Europa, as menores questões políticas, mesmo as que agitam tão pouco os espíritos como por exemplo, a simples questão do recenseamento na França. Não apenas não se cometeram crimes contra a sociedade, como os crimes contra os particulares, os crimes comuns não aumentaram, ou pelo menos não aumentaram numa proporção sensível e, por conseguinte, pode-se dizer que eles diminuíram, dado que um grande número de faltas punidas pelos magistrados depois da abolição teriam sido reprimidas, durante a servidão, pelos próprios senhores e ninguém ficaria sabendo de nada. Outro fato incontestável: desde que os negros sentiram o aguilhão da liberdade, eles de alguma maneira precipitaram-se para as escolas. Pode-se bem avaliar o ardor verdadeiramente incrível com que eles se empenham em instruir-se quando se sabe que as colônias inglesas contam hoje, com uma escola para cada 600 habitantes. Um em cada nove indivíduo, a frequência, o é mais do que na França. Ao mesmo tempo em que os espíritos se iluminam, os hábitos tornam-se mais regulares, o que é posto em evidência por um fato igualmente irrefutável. Todos conhecem a dissolução dos costumes, que beira à promiscuidade, reinante entre os negros nas nossas colônias. A instituição do casamento entre eles praticamente não existe, o que não chega a surpreender porque esta instituição, se refletirmos bem, é incomparável com a escravidão. Também entre os negros das colônias inglesas os casamentos eram extremamente raros. No entanto, seu número rapidamente multiplicou-se, desde que se lhes concedeu a liberdade. Em 1835, foram celebrados na Jamaica 1582 casamentos; em 1836, 1962; 3.215 em 1837, e em 1838, último ano de que se tem dados, 3881. A instrução e a regularidade de costumes fizeram-se acompanhar do gosto pelo bem estar e do desejo de melhorar a sua condição. Da mesma maneira que os colonos disseram que os escravos emancipados se entregariam a todo tipo de violência, haviam assegurado, também, que eles voltariam à barbárie. Deu-se ao contrario. Os negros, uma vez livres, não tardaram a revelar seu desejo de procurar melhorar e de promover-se do que é necessário aos povos mais civilizados (TOCQUEVILLE, 1994, p. 96 - 98).

O autor francês, em sua eloqüência, expôs aos membros da Câmara dos Deputados que a abolição da escravidão nas colônias francesas não acarretaria nenhuma desordem social. Pelo contrário, a experiência britânica tinha demonstrado o oposto. Desta forma, bastaria que a França seguisse ou aprendesse com a experiência inglesa. A história que estava sendo traçada na França como projeto era a história já traçada em países europeus como a Inglaterra. Tratava-se, para o autor de pôr a França no caminho da humanidade.

O autor normando assegurou ao parlamentares que nas colônias francesas o processo de emancipação deixaria a França em condições de competir com as demais nações no âmbito comercial, pois o comércio com as colônias emancipadas se tornaria muito mais gratificante e lucrativo do que com as colônias em sistema de escravidão. Aqui o sentido da democracia vai ficando mais claro no seu pensamento.

Assim, seguindo seu raciocínio, Tocqueville procurava eliminar os temores dos parlamentares no tocante à abolição da escravidão. Consciente das questões políticas e da nova dinâmica econômica, o pensador previu dificuldades nessa nova ordem. Os bons resultados dependeriam de como a França agisse em relação a seus escravos. Ele aconselhou sempre que se seguisse o exemplo inglês:

O ocorrido com as colônias inglesas permite a Tocqueville demonstrar que a tendência histórica à democracia e à igualdade, não tem, necessariamente, que redundar em barbárie. Um processo de abolição programado e dirigido pelos colonos pode, como demonstra a experiência inglesa preservar a produção e garantir o mercado de trabalho (GOLDFARB, 1994, p. 18).

A inteligência de Tocqueville o faz, na Câmara dos Deputados, um educador de seus pares. No relatório da comissão ensinou aos dirigentes políticos da França como viver de modo diferente da forma escravagista praticada pelo capitalismo. A citação abaixo ajuda nesta compreensão da sua luta por uma forma de vida burguesa mais desenvolvida:

Antes da emancipação, os produtos da Grã-Bretanha exportados para suas colônias escravistas não ultrapassavam os 75 milhões de francos. Esta cifra elevou-se sucessivamente e em 1840, ela ultrapassava a soma de 100 milhões, o que significa que ela aumentou quase um terço em dez anos. Estes dados não permitem nenhuma réplica. Estes são, no que diz respeito aos negros, os resultados incontestáveis da emancipação. É preciso, contudo, reconhecer que os seus efeitos, sob outros aspectos, foram bem menos satisfatórios. Mas neste caso, é preciso rapidamente abandonar o plano nebuloso das argumentações contraditórias e nos situarmos-nos no terreno mais firme dos fatos constatados. (TOCQUEVILLE, 1994, p.38).

Tocqueville recorreu à expressão “mal inevitável” para explicar aos ouvintes as mudanças que estavam prestes a acontecer e que eram marcadas por forças sociais que as impulsionavam:

No momento em que os trabalhadores tiverem a liberdade para escolher sua própria atividade, era natural que um certo número deles, de acordo com a diversidade de aptidões e de preferências, optasse por qualquer outra que não a produção de açúcar e, embora sem abrir mão de trabalhar, deixasse seus antigos patrões e fosse tentar a sorte em outra parte. Sobretudo no momento em que os trabalhadores, em vez de trabalhar para um patrão, puderem adquirir terras e ganhar, trabalhando para si próprios, mais do que ganhariam trabalhando por um salário, muitos deles deixavam os engenhos, onde só apareceriam de tempos em tempos, quando a cultura de suas próprias terras deixava-lhes alguma folga (Idem, Ibidem, 1994, p. 102).

No processo educativo, os constituintes escravocratas e os demais membros do parlamento ainda levantaram uma questão. Ficava evidente que os negros que permanecessem nos engenhos trabalhariam pouco e exigiriam salários extremamente exagerados, e nem todos os produtores poderiam arcar com essa nova dinâmica. Com esse raciocínio, os adversários da emancipação presumiam que, sem a mão-de-obra escrava, a economia das colônias sofreria alterações muito sérias e as relações com a Metrópole seriam abaladas.

A produção de açúcar cairia, pois, tendo permanecido o mesmo número de fábricas e diminuído o número de trabalhadores dedicados a esta indústria, a antiga relação sofreria uma súbita alteração e os salários se elevariam em uma progressão surpreendente. Tocqueville não se opôs a este discurso, pelo

contrário, concordou com tais alegações e, segundo seus estudos realizados na dita comissão, expôs que tal situação perduraria até o momento em que houvesse um equilíbrio entre os salários e os lucros. Até que isto ocorresse as colônias teriam que enfrentar tal dificuldade. Este era o “mal inevitável” a que se referia. Tocqueville continuou nesta explicação:

Tudo isto está em perfeita conformidade com as leis gerais que regem a produção nos países livres. Era, portanto absolutamente inútil procurar as causas deste desastre nas pretensas diferenças entre os instintos das diversas raças humanas. Colocai os operários ingleses ou franceses nas mesmas circunstâncias e eles agirão precisamente da mesma maneira (TOCQUEVILLE, 1994, p.103).

Tocqueville ainda expôs como entendia ser possível, no reino da liberdade, ainda limitar a liberdade do trabalhador em nome dos interesses dos dominantes:

Dado que são bem conhecidas as causas do mal, quais seriam os remédios? Muitos se apresentaram, mas havia sobretudo um cuja utilização teria sido muito mais fácil e eficaz. Que um certo número de trabalhadores quisesse deixar a indústria açucareira e preferisse dedicar-se a outro trabalho era a consequência necessária para a liberdade. Mas algo poderia ser feito para que eles raramente tivessem esse desejo. Bastava para tanto, impedir-lhes, por um certo tempo, de serem proprietários de terra (Idem, Ibidem, 1994, p. 103).

Uma citação da obra *A Democracia na América* de 1840 ajuda a entender como Tocqueville já compartilhando do fetiche da justa distinção entre lucro e salário:

[...] enquanto os grandes se abaixam, os pequenos se elevam e a pobreza, bem como a riqueza, deixa de ser hereditária, vemos diminuir cada dia a distância de fato e de opinião que separava o operário do patrão. O operário tem uma idéia mais elevada de seus direitos, seu futuro, de si mesmo; uma nova ambição, novos desejos dele se apossam, novas necessidades o premem. A todo instante, lança olhares cheios de cobiça sobre os lucros daqueles que o emprega; para tentar dividi-los, eleva o preço do seu trabalho e, de ordinário, acaba alcançando seu objetivo. Nos países democráticos, como nos outros, a maioria das indústrias é levada adiante a pouco custo por homens que a riqueza e as luzes não colocam acima do nível comum daqueles que emprega. Esses empreendedores da indústria são numerosíssimos; seus interesses diferem; portanto, não poderiam estender-se facilmente entre si e combinar seus

esforços. Por outro lado, quase todos os operários têm alguns recursos garantidos que lhes permitem recusar seus serviços quando não querem lhes conceder o que consideram a justa retribuição do trabalho. Assim, na luta contínua que essas duas classes travam pelos salários, as forças são divididas, os sucessos se alternam. É de crer, inclusive, que o longo prazo o interesse dos operários de vê prevalecer; porque os salários elevados que já obtiveram os tornam cada dia menos dependentes de seus patrões e, à medida que são mais independentes, podem obter mais facilmente a elevação dos salários (TOCQUEVILLE, 2004, p.233 - 234).

Segundo Tocqueville, essa era uma medida eficaz, dentre toda a considerada a menos opressiva. Qual o propósito de proibir os negros de ter a posse de terras passageiramente? Era colocá-los artificialmente na posição em que se encontravam os trabalhadores europeus, como homens livres voltados ao trabalho. Não havia neste caso, segundo o autor, nenhuma tirania. A emancipação almejada era a passagem de trabalhadores escravos para trabalhadores livres, ou seja, dar ao trabalhador a forma prescrita na filosofia política moderna, eliminando as diferentes formas de trabalho usadas pela sociedade industrial na sua fase inicial. Não há, neste exercício político, uma negação daquilo que foi feito no passado ou a busca de explicação do porquê de ter sido feito. A análise permanece sempre no traçado da ética como um dever-ser do futuro. Esta foi a maneira que a consciência liberal usou para dar ao trabalho a sua forma burguesa mais acabada, a do trabalho livre, eliminando outras também usadas até então.

Tocqueville coloca de forma clara que a libertação dos escravos era necessária naquele momento, mas cuidou de lembrar que, financeiramente, os proprietários não poderiam ser arruinados com a emancipação solicitada. Era verdade que eles haviam lucrado muito com a escravidão, mas não foram eles que a criaram, a metrópole é quem induziu a este contexto no além-mar.

A comissão reconhecia estes fatos e salientava que a Metrópole devia a liberdade para os escravos das colônias e estas, por sua vez, deveriam aos proprietários de escravos inúmeras garantias. Deviam lhes dar um tempo de preparação para as mudanças pleiteadas e se adaptassem à nova realidade econômica do livre-mercado para as colônias:

Além do mais, neste momento, a propriedade colonial está de tal modo endividada que quase se poderia dizer que ela não existe. Dado que os colonos têm mais dívidas do que bens, ninguém sabe ao certo, a quem, na realidade, pertencem as terras que cultivam. Apenas um processo de expropriação forçada nas colônias poderia por fim a esta desordem, exigir que as dívidas fossem salgadas e, desse modo, fazer aparecer os verdadeiros proprietários das terras. A partir daí, somente os colonos que possuem capital ou crédito poderão fazer os adiantamentos exigidos para a substituição do trabalho gratuito pelo trabalho assalariado (TOCQUEVILLE, 1994, p.113).

Uma segunda medida pautada na citação acima era exigir da pátria-mãe um preço justo para o açúcar. A abolição, independentemente da maneira a ser conduzida, causaria perturbações ao trabalho nas colônias, pois a produção sofreria uma redução, e se os preços dos produtos açucareiros não se elevassem, os colonos, já endividados, teriam perdas irreparáveis em suas rendas, do que resultaria a ruína de muito deles:

Um pequeno sacrifício dos consumidores, ao contrário, bastará para tirar os colonos das dificuldades e permitirá que eles se mantenham à frente da empresa. Algumas cifras deixarão isto evidente. As colônias vendem-se hoje por 80 milhões de quilos de açúcar à razão de 125 francos por 100 quilos, o que lhes rende 100 milhões de francos. Suponhamos que, após a abolição da escravidão, a importação do açúcar colonial caia para 70 milhões de quilos e que, em virtude da introdução de açúcar estrangeiro ou graças a uma proteção especial dada ao açúcar de beterraba, o preço de venda mantenha-se nos 125 francos os 100 quilos, neste caso, a renda dos colonos sofrerá uma redução de 12,5 milhões de francos, perda terrível se tiver que ser repartida entre um número muito pequeno de produtores. Entretanto, se os preços do açúcar subirem a 145 francos cada 100 quilos, o que não chega a ser nada extraordinário e ocorreu várias vezes nos últimos anos, os colonos não perderão nada e os consumidores pagarão pela libra de açúcar apenas dois vinténs a mais (TOCQUEVILLE, 1994, p.114).

O relatório da comissão expõe que os custos da emancipação estão repartidos entre todos os interessados em seu sucesso: a metade da indenização é direcionada à metrópole, a outra os negros a pagam com seu trabalho, e por fim, os colonos arcam com o preço na mão-de-obra. A liberdade para o negro se tornar proprietário seria concedida no decorrer de dez anos, e neste

processo várias medidas surgiriam para moralizar e civilizar os negros e desembaraçar a propriedade dos brancos.

Ao final desses anos haveria uma legislação especial com o objetivo de ajudar a sociedade colonial a encontrar seu caminho, oferecendo uma justa indenização para os colonos. Concluindo o relatório, a respeito do qual todas as dúvidas pareciam estar esclarecidas, Tocqueville faz uma pergunta: poderiam esse muito bem-preparado relatório da comissão e suas conclusões ser adotados pelas Câmaras? Tocqueville duvidava:

O senhor Guizot tem o espírito muito elevado para ficar insensível à beleza e à grandeza da obra proposta. Nós lhe fazemos a justiça de acreditar que ele a executaria se estivesse livre de fazê-lo. Mas quem não sabe que é o senhor Guizot que manda e que o papel com que ele se contenta limita-se a fazer dele o primeiro dentre os que obedecem? Podemos acreditar que muitos dos senhores Ministros desejam a abolição mas os que conhecem de perto os negócios sabem muito bem que o governo não a quer. Não estamos mais em tempos de empreendimentos generosos nem nos de empreendimentos úteis que sejam também difíceis e grandiosos. Há muitas maneiras de se recusar a emancipação. Pode-se defender abertamente a escravidão, como o fizeram Napoleão e a Restauração. Mas isto não é nada fácil nos tempos de liberdade democrática em que vivemos, quando se é o representante de uma revolução feita toda ela em nome da igualdade e quem tem neste glorioso princípio seu símbolo e sua força (TOCQUEVILLE, 1994, p. 117).

Tocqueville, em suas últimas palavras para finalizar a exposição do relatório, conclui dizendo que muitas coisas haviam sido ditas nas sessões anteriores, levando a crer que a questão da emancipação seria novamente deixada de lado. Ressalta a posição tomada pelo senhor Guizot quando este, inquirido sobre as intenções do governo, proclamou seu devotamento à causa da abolição, mas em seguida apresentou à Assembléia exagerada dificuldades, inclusive financeiras, não hesitando em mostrar ao tesouro público o custo, que seria de mais de 250 milhões de francos, o que provocou exclamações negativas. Tocqueville esclareceu:

Ora, naquele momento preciso o senhor Guizot tinha nas mãos o relatório do duque de Broglie que demonstra, com toda evidência, que seis milhões de renda de um capital de 150 milhões representam praticamente quase a cifra total do que seria necessário despende. Que significado tem então, as suas palavras? Devemos atribuí-la à ignorância? Mas como admitir ignorância do governo numa questão de tamanha envergadura? Pretendia-se indispor antecipadamente a opinião pública e, suscitar resistências salutares? É o que se verá na próxima sessão. Se o ministério, demonstrando que nossas suspeitas eram injustas, entrar francamente na via da emancipação, o dever da oposição é de sustentá-lo com todo o seu poder. Trata-se do interesse da França, da sua grandeza, da sua honra, das doutrinas que a sua Revolução difundiu no mundo e que a oposição, sobretudo, orgulha-se de professar. Mas que a oposição se cuide e não se deixa levar por palavras vãs. A oposição deve saber que de hoje em diante, quando lhe falarem em adiamentos destinados a permitir novos estudos, estão a enganá-la (Idem, *Ibidem*, 1994, p. 119).

O autor assim a conclusão da comissão encarregada de examinar o projeto da lei de Tracy. Tudo o que poderia ser dito, tudo o que poderia ser analisado, todos os relatórios, documentos e relatos sobre a questão da emancipação estavam esmiuçados, e o que a experiência poderia demonstrar já estava visto. Nenhuma questão até o momento tinha sido apresentada à Câmara para Tocqueville mais bem-examinada do que esta: a medida se fazia necessária para o autor que acreditou que todos os homens sensatos tinham consciência disto. A França não podia mais protelar a emancipação dos escravos em suas colônias. Deveria mostrar-se fiel aos princípios que a Nação fizera triunfar com a Revolução Francesa. A única coisa que restava saber eram os custos desta empreitada.

CONCLUSÃO

Tocqueville é um autor que pode nos ajudar a entender não só a ordenação do pensamento político burguês, mas, também, as próprias questões levantadas pela classe dominante no século XIX, em defesa de uma almejada democracia. Discussões, aliás, iniciadas na França a partir da Revolução Francesa de 1789. Sem tirar os pés do seu século Tocqueville na ordenação de seu pensamento foi um intelectual que não deixou de ler autores da gênese do capitalismo, sobretudo no século XVIII (Rousseau, Smith, e outros) embora tivesse lido também autores do século XIX, como Guizot e Stuart Mill, homens com quem conviveu.

Político eleito na França com cargo no Parlamento Tocqueville, como se buscou mostrar neste estudo, foi um intelectual atento ao movimento de uma sociedade que já se afirmava como capitalista e, nesta condição, fez inúmeras viagens pela Europa. Por outro lado, seu pensamento esteve sempre voltado para a França, isto é, para o que ele defendeu ali, como o dever de um correto exercício político. Tratava-se sobre tudo, para o autor, de tirar os franceses de possíveis desvios não democráticos no exercício individual da política e/ou da acumulação privada de capital. Ideologicamente acreditou na justa distribuição e no justo enriquecimento de todos como finalidade ética moral da sociedade de mercado.

Autor de escritos capazes de envolver prazerosamente por horas inteiras alguém que se predisponha a ler suas obras, Tocqueville entendia que o progresso da humanidade demandava uma estreita relação entre as forças materiais (o comércio) e as forças subjetivas (o direito a liberdade e igualdade) com a aprendizagem das segundas comandando as primeiras. Almejou um capitalismo sem diferença entre os homens buscou ensinar os franceses a acreditarem na influência da democracia sobre os salários o que traduz a defesa de um enriquecimento igual para todas as classes. A elevação dos salários é vista pelo autor como uma premissa do progresso incontestável na sociedade de mercado.

Neste esforço teórico-prático pela justa ordenação política da sociedade francesa Tocqueville dialogou sempre com a classe dominante, que representou como deputado no parlamento francês a partir de 1839. Sem negar o que traduziu como algo novo a ser defendido na vida dos homens — a liberdade e a igualdade de oportunidade para todos — ele se opôs, de forma contundente, a todas as formas de despotismo nas suas facetas mais antigas (o Antigo Regime) e modernas (o despotismo das massas e/ou dos pequenos partidos burgueses). Foi participante ativo nesta luta. Seu ponto de partida e de chegada foi sempre a França ou o traçado francês de uma política que se mostrasse estreitamente vinculado à almejada harmonia entre liberdade e igualdade. A defesa do nacionalismo, inclusive, não foge a esta premissa. Suas análises sobre escravidão e pobreza também estiveram sempre amparadas neste pressuposto. O ponto de partida da vida ideal a ser traçada na França para Tocqueville é sempre um ponto ético, neste traçado buscou-se o registro de seu pensamento, e a dinamicidade do mesmo na ordenação da consciência burguesa que ele representou.

No contexto histórico de tocqueville, quando as contradições que marcam a divisão social do trabalho dividem os homens em classes antagônicas e, concomitantemente, gestam toda uma luta política no seio da classe dominante o capitalismo se impõe como uma sociedade que se mostra mais acabada do que na sua gênese. Mostrou-se não só na forma da grande indústria, mas como pobreza, como escravidão, como colônias exploradas e outras. A forma de ser da sociedade industrial, na questão da pobreza, da escravidão e/ou do despotismo, sofreu críticas do autor. A construção desta crítica trabalhada no plano moral foi analisada no presente trabalho.

Na defesa da democracia Tocqueville procurou a superação das regras da hegemonia e das diferenças sociais como uma necessidade implícita ao Estado de liberdade. A boa educação, para o autor, pressupunha sempre uma relação virtuosa entre os homens. O pensador se caracterizou sempre pela busca da defesa de relações cordiais dos franceses entre si (como povo e nação) e da França com as suas colônias de além-mar e/ou demais nações européias.

Estudioso e defensor de um capitalismo ético para Tocqueville, o ponto de partida do desenvolvimento social foi sempre a virtude a ser vivida pelos homens. Seu foco foi a filosofia política no traçado da virtude como igualdade de oportunidade. As transformações então em curso, sejam do Antigo Regime para a Revolução Francesa seja posteriormente, já no processo de afirmação da sociedade capitalista na França, a partir de 1830, estiveram sempre solidamente pautadas na unidade, democrática. O pensador normando buscou ensinar à classe burguesa que a vivência da democracia em oposição ao despotismo era algo que ele acreditava possível neste sentido foi um educador. Os limites de sua ordenação teórica parecem nunca ter ofuscado a crença do autor na possibilidade de uma formação ética da classe burguesa como ponto de partida da vida no capitalismo: defendeu o princípio de que a vida pública é algo maior que a vida privada. Pleiteou esta premissa inclusive como algo a ser vivido pela humanidade. Tocqueville tentou — assim nos parece — recuperar a herança libertária que ele observou existir já na agonia do feudalismo, que apontava para a gênese do capitalismo.

Ao buscar a essência da democracia na sociedade Tocqueville, procurando encontrar uma coexistência harmônica entre o processo do desenvolvimento igualitário e a permanência da liberdade, concluiu que os formalismos democráticos apenas seriam idéias vagas caso não houvesse um conhecimento comum da igualdade, o que o levou a concordar com a educação a ser oferecida pelo Estado e o ensino livre. Esta é uma questão a ser por nós estudada futuramente.

Parece interessante observar que Tocqueville, ao viver parte de um momento fundamental para a organização da ordem burguesa — o período de 1830 até o massacre das comunas em 1871 —, não apreendeu em seus estudos que um Estado forte e intervencionista por ele criticado com veemência foi o de que a classe dominante necessitou para a continuação da acumulação de capital e afirmação política, naquele momento, contra todas as classes que se opunham a seus interesses, inclusive a classe trabalhadora. Foi com homens como

Guizot, Engels, e Marx que esta necessidade prática no século XIX foi analisada, ainda que eles tenham chegado à conclusões nem sempre iguais.

REFERÊNCIAS

ARON, R. **As Etapas do Pensamento Sociológico**. 6 ed., São Paulo: Martins Fontes 2002.

BORON, A. A. **Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina**. 2 ed., São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CONSTANT, Benjamin. **De la Liberte Chez lês Mordenes**. Paris: Libraire Generale Française, 1980, (Collection Pruriel dirigé par Georges Liebert)

COUTY, L. **Escravidão no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosda, 1988.

CHATELET, F. et al. **Dicionário das Obras Políticas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

DANIELS, P. **Atlas da História do Mundo National Geographic**. São Paulo: National Geographic, 2003.

DENIS, H. **História do Pensamento Econômico**. 3 ed., Lisboa-Portugal: Livros Horizonte, 1978.

ENGELS, F. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global Editora, 1986.

GOLDFARB, F. Introdução In: TOCQUEVILLE, **A Emancipação dos Escravos**. São Paulo: Papyrus Editora, 1994.

HYSLOP, G.S. **Atlas da História do Mundo. National Geographic**. São Paulo: National Geographic: 2003.

HEILBRONER, R.L. **A Formação da Sociedade Econômica**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1964.

HOBBSAWM, E.J. **Os Trabalhadores**. 2 ed., São Paulo: Paz e Terra, 2000, (Coleção Pensamento Crítico V.45) (1).

————— **Mundos do Trabalho**. 3 ed., São Paulo: Paz e Terra, 2000, (Coleção oficinas da História) (2).

————— **A Era do Capital**. 10 ed., São Paulo: Paz e Terra, 2004.

————— **A Era Das Revoluções**. 19 ed., São Paulo: Paz e Terra, 2005.

HUBERMAN, L. **História da Riqueza do Homem**. 21 ed., Rio de Janeiro: LTC Editora, 1986.

MARX, K. **O Capital**. Livro 1, V.1, 22 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

————— **O Capital**. Livro 1, V.2, 19 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

————— **O Capital**. Livro 2, 9 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

————— **O Capital**. Livro 3, V.5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

————— **Miséria da Filosofia**. São Paulo: Ícone Editora, 2004.

————— **O Dezoito de Brumário**. 7 ed., São Paulo: Paz e Terra, 1997.

————— **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

————— MARX, K. e ENGELS, F. **Obras Escolhidas**. V. 1, São Paulo: Alfa – Omega, s/d.

LOCKE, J. **Dois Tratados Sobre o Governo**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MONTAIGNE, Michel Eyquem de, **Ensaio**. V.1,2,3, Brasília: Editora Universidade de Brasília, Hucitec, 1987.

MONTESQUIEU, Charles Louis Secundat Barão de, **Do Espírito das Leis**. São Paulo: Abril Cultural, 1973 (Coleção Os pensadores V.XXI).

ROUSSEAU J.J. **Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens**. V.1, V.2, 19 ed. São Paulo. Nova Cultural 2000 (Coleção os Pensadores).

STUART MILL, J. **Da Liberdade**. São Paulo: Ibrasa, 1963

————— **Princípios de Economia Política**. V.1 e 2, São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SCHOPENHAUER, A. **Dores do Mundo**. 3 ed., São Paulo : Edições e Publicações Brasil Editora S/A, 1959.

————— **Regras de Conduta para Bem Viver**. 2 Ed., Rio de Janeiro 1966, (Coleção Divulgação e Cultura).

TOCQUEVILLE, A. **Igualdade Social, Liberdade Política**. São Paulo: Galimard,1988.

————— **Lembranças de 1848**. São Paulo: Galimard, 1991.

————— **A Emancipação dos Escravos**. São Paulo: Papyrus Editora, 1994.

————— **O Antigo Regime e a Revolução.** 4 ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.

————— **Viagens à Inglaterra e à Irlanda.** São Paulo: Editora Imaginário, 2000.

————— **A Democracia na América.** Livro 1,. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

————— **Ensaio Sobre a Pobreza.** Rio de Janeiro: Universidade Editora, 2003.

————— **A Democracia na América.** Livro 2 São Paulo: Martins Fontes, 2004.

THIERS S. **Ética Pública o Interesse Bem Compreendido Segundo Aléxis de Tocqueville.** Londrina: Edições CEFIL, 2003.

VOLTAIRE, F. M. A. **A propósito da Morte de Jean Calas Tratado Sobre a Tolerância.** São Paulo: Martins Fontes, 1993.

VÉLEZ, R. In: TOCQUEVILLE, A. **Ensaio Sobre a Pobreza,** Rio de Janeiro, UniverCidade 2002.

VOVELLE, M. **Jacobinos e Jacobinismo.** Bauru: Edusc. 2000 (Coleção História).

WEFFORT, C.F. (Org.) **Os Clássicos da Política** V. 1 e 2., 10 ed., São Paulo: Editora Ática, 2003.